

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)**

JAKELINE JESUS ABADE

**DISCURSO, POLÍTICA E ESPETÁCULO:
ROSEANA SARNEY EM VEJA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2015**

JAKELINE JESUS ABADE

DISCURSO, POLÍTICA E ESPETÁCULO:

ROSEANA SARNEY EM VEJA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Sentido e Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2015

A111d	<p>Abade, Jakeline Jesus. Discurso, política e espetáculo: Roseana Sarney em Veja / Jakeline Jesus Abade; orientadora Edvania Gomes da Silva. – Vitória da Conquista, 2015. 77f.</p> <p>Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2015. Referências: f. 77-78.</p> <p>1. Análise do discurso – Aspectos políticos. 2. Imprensa e política – Análise do discurso. I. Silva, Edvania Gomes da. II. Universidade Estadual Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. T.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 401.41</p>
-------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Catalogação na fonte: Elinei Carvalho Santana – CRB 5/1026
 UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Discourse, Policy and Spectacle: Roseana Sarney in Veja.

Palavras-chave em inglês: Discourse Analysis. Spectacle. Roseana Sarney. Policy. Corruption.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (Presidente-Orientadora); Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB); Prof. Dr. João Antonio de Santana Neto (UNEB)

Data da defesa: 23 de fevereiro de 2015

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística

JAKELINE JESUS ABADE

**DISCURSO, POLÍTICA E ESPETÁCULO:
ROSEANA SARNEY EM VEJA**

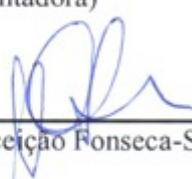
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 23 de fevereiro de 2015.

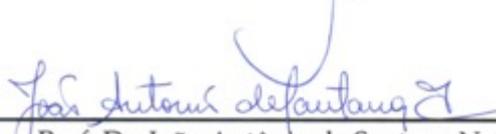
BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Edvania Gomes da Silva (UESB)
(Orientadora)



Profª. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB)



Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto (UNEB)

Aos meus pais, por me ensinarem a amar
acima de tudo

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar e acima de tudo a Deus, pois sem Ele eu não teria chegado até aqui. Eu não seria absolutamente nada sem Ele. Obrigada, Senhor!

Em segundo, agradeço aos meus pais por terem me ensinado tudo o que sei e por eu terem me tornado o que sou hoje. É sempre por vocês que faço tudo!

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, por ter me oferecido a oportunidade de realizar minha formação em nível de mestrado.

Agradeço às professoras Dra^a Maria da Conceição Fonseca Silva, pelos anos de iniciação científica, que tão importantes foram para a minha jornada acadêmica; e à professora Dra^a Edvania Gomes da Silva, pela excelente orientação e por todas as vezes em que ela foi meu porto seguro. Obrigada, de verdade, professora.

Agradeço à FAPESB pela concessão da bolsa, que tornou possível e possibilitou os meus estudos e a realização da pesquisa que resultou neste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística, em especial aos professores Dr. Adilson e Dra^a Maria da Conceição Fonseca Silva, pela colaboração na banca de qualificação.

Aos professores titulares da banca de defesa, Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva e Profa. Dra. Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira, pelas contribuições dadas este trabalho.

Aos professores suplentes da banca de defesa, Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto e Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva, por se disponibilizarem em ler esta dissertação.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação, em especial, Jhonata e Giseli que sempre foram tão prestativos quando precisei. Obrigada, meninos!

Agradeço de todo o coração a Átila, por ter feito de horas tão penosas momentos leves e especiais. Por ter sempre aturado meu nervosismo, minha ansiedade, meu desespero tudo com muito amor e carinho. Amor, seu afeto fez tudo ser mais leve! Obrigada!

À minha amiga Valquiria, por ter segurado minha barra tantas vezes. Às minhas amigas Tássia, pelas risadas e por colocar meus pés no chão sempre; Mayara, por ser sempre a amiga sensata e por me ensinar a vencer um dia por vez. Vocês foram essenciais nesse processo.

Aos meus tios Edvaldo e Ivoneide, pelo abrigo que sempre me foi dado desde sempre. Aos meus primos que são irmãos disfarçados de primos que tanto me ajudaram nessa etapa. E

ao meu irmão Wendel e minha cunhada Emili, por terem me dado nesse processo seu apoio e companheirismo.

Aos colegas do Grupo de Análise de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis), sem o companheirismo de vocês esse trabalho não teria sido completo.

À minha família, de modo geral, por toda a confiança em mim depositada.

A todos os meus amigos, que aqui não foram citados, por todo o carinho e compreensão nas horas em que faltei no percurso dessa caminhada.

RESUMO

Neste trabalho, analisamos os discursos materializados, no periódico *Veja*, acerca do sujeito político Roseana Sarney. Trata-se, mais especificamente, de mostrar o modo como *Veja* trata da escolha do nome da, à época, governadora do Maranhão Roseana Sarney, para pré-candidata à presidência nas eleições de 2002; e do escândalo de corrupção, envolvendo a referida pré-candidata, o qual fez com que essa pretensa candidatura não se concretizasse. Para tanto, levantamos três hipóteses de pesquisa, desenvolvidas ao longo das três seções que constituem esta dissertação. Na primeira seção, analisamos a espetacularização da imagem de Roseana Sarney como pré-candidata, e verificamos também como *Veja* apresentou a derrocada dessa pré-candidatura; no segundo seção, mostramos como a imagem de Roseana Sarney aparece, no periódico analisado, ligada à imagem de sua família, a qual é discursivizada como sendo uma espécie de oligarquia moderna; por fim, no terceiro e último seção, mostramos como o caso de corrupção envolvendo a empresa *Lunus*, juntamente com certa imagem cristalizada acerca do Estado do Maranhão, contribuiu para derrocada do nome de Roseana Sarney como pré-candidata à presidência do Brasil no ano de 2002. Os resultados das análises, realizadas ao longo das três seções, mostram que: i) há uma cultura do espetáculo ligada à política atual; e ii) há uma memória sobre a oligarquia da família Sarney que está muito ligada ao sujeito político Roseana Sarney e aos estereótipos que atravessam o Estado do Maranhão. Para respondermos a questão-problema e comprovar ou infirmar as hipóteses levantadas, mobilizamos conceitos do arcabouço teórico da Escola de Análise de Discurso Francesa (AD).

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Discurso. Espetáculo. Roseana Sarney. Política. Corrupção

ABSTRACT

In this paper, we analyze the materialized discourses in the journal *Veja*, about the political subject *Roseanna Sarney*. It has to do, more specifically, with showing how *Veja* treated the indication of the governor of *Maranhão*, *Roseanna Sarney*, as pre-presidential candidate in the 2002 elections, and how it dealt with the corruption scandal involving the pre-candidate, what caused this so-called application failed to materialize. Therefore, we raise three hypotheses developed over the three chapters that make up this Dissertation. In the first chapter we analyze the spectacularization of *Roseanna Sarney*'s image as pre-candidate, and we also noticed how *Veja* presented the collapse of this pre-application. In the second chapter we show how *Roseanna Sarney*'s image appeared, in the analyzed journal, linked to her family, which is discursively as a type of modern oligarchy. Finally, in the third and final chapter, we show how the corruption case involving the *Lunnus* company along with some crystallized image about the state of *Maranhão*, contributed to the collapse of *Roseanna Sarney* as pre-candidate for the presidency of Brazil in 2002. The analysis results show that: i) there is a spectacle culture linked to current policy; ii) there is a memory of *Sarney* family oligarchy which is closely linked to the political subject *Roseanna Sarney* and to the stereotypes that cross *Maranhão* State. To answer the question-problem and to prove or disprove the hypotheses, we mobilize concepts of the theoretical framework of the French Discourse Analysis School (AD).

KEYWORDS

Discourse Analysis. Spectacle. *Roseanna Sarney*. Policy. Corruption

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Considerações iniciais	10
1.2 Mulher e política: discussões e implicações	11
1.3 Percurso metodológico	14
1.4 Organização da dissertação	14
2 POLÍTICA E MÍDIA: ASCENSÃO E QUEDA DO SUJEITO POLÍTICO ROSEANA SARNEY	16
2.1 A política partidária no Brasil: algumas considerações	16
2.2 O espetáculo midiático da política	22
2.3 Roseana Sarney: discursivização em Veja acerca de sua escolha como pré-candidata	26
2.4 Roseana Sarney: discursivização de sua “derrocada” como pré-candidata	32
3 A OLIGARQUIA DOS “SARNEY” E SUAS DESCENDÊNCIAS POLÍTICAS	37
3.1 O governo oligarca e suas implicações na atual política brasileira	38
3.2 Sobre a relação entre memória e acontecimento	41
3.3 Família Sarney: discursivização em Veja em torno do “patriarcalismo” maranhense	45
4 CORRUPÇÃO POLÍTICA NO MARANHÃO: ANÁLISE DE ESTEREÓTIPOS EM VEJA	55
4.1 A corrupção no Brasil	55
4.2. Roseana Sarney e os escândalos de corrupção: análise em Veja	59
4.3 Estereótipos acerca do Maranhão	64
4.3.1 Algumas considerações acerca do conceito de estereótipo	65
4.3.2 Análise dos dados: estereótipos acerca do Maranhão em Veja	67
5 CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

A pesquisa que resultou neste trabalho consiste na análise de reportagens da revista *Veja* que tratam da pré-candidatura à presidência de Roseana Sarney, em 2001. O recorte temporal vai desde a escolha de seu nome como pré-presidenciável até o encerramento da referida pré-candidatura, em 2002. Com base nesse *corpus*, elaboramos a seguinte questão/problema: quais discursos acerca do sujeito político Roseana Sarney encontram-se materializados em *Veja*?

Partindo da referida questão/problema, objetivamos analisar quais discursos encontram-se materializados na mídia, mais especificamente no periódico *Veja*, acerca do sujeito político Roseana Sarney. Para responder ao problema de pesquisa acima apresentado, recorreremos, prioritariamente, ao quadro teórico-metodológico da Escola Francesa de Análise de Discurso. Além do referido quadro teórico-metodológico, buscamos, quando necessário, autores das Ciências Políticas e também da Nova História, a fim de fundamentar as discussões acerca da história política do Brasil, uma vez que é nesse cenário que os dados que constituem o *corpus* do trabalho puderam ser coletados. De forma geral, procuramos, com base nesse aporte teórico-metodológico, verificar como a noção de espetáculo midiático e os conceitos de memória e acontecimento discursivos podem ser aplicados para explicar as reportagens analisadas. Nesse sentido, para responder a questão/problema, levantamos as seguintes hipóteses:

- a) Algumas situações da esfera política (campanhas eleitoras, escândalos de corrupção política, etc.) são discursivizadas, na mídia, como uma espécie de espetáculo. Essa forma de funcionamento produz efeitos nas reportagens de *Veja* que tratam do sujeito político Roseana Sarney, o qual tem sua vida pública apresentada como se fosse um espetáculo midiático;
- b) A imagem política de Roseana Sarney, na mídia, é apresentada com base na relação com a família Sarney. Esta, por sua vez, é apresentada, devido à ação da memória sobre o acontecimento, como uma oligarquia moderna;
- c) A “derrocada” da pré-candidatura de Roseana Sarney foi apresentada em *Veja* como conseqüência tanto do escândalo de corrupção da *Lunus*, empresa cujo sócio majoritário era Jorge Murad, marido de Roseana Sarney, quanto devido a certa imagem cristalizada acerca do Maranhão, o qual é apresentado no *corpus* sob análise, como um Estado miserável e abandonado pelos seus governantes.

1.2 MULHER E POLÍTICA: DISCUSSÕES E IMPLICAÇÕES

Neste trabalho, tentamos responder algumas questões que fazem parte do projeto de pesquisa maior no qual este subprojeto de mestrado está inserido. O Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis) vem desenvolvendo trabalhos que tratam da presença da mulher nas esferas de poder político. Os projetos temáticos que tratam da questão da política são: "Discurso sobre o poder político, efeitos sujeito e efeitos sentido em diferentes materialidades significantes" e "Memória, discurso político e deslizamentos de sentido". Esses projetos são coordenados pela Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva e são realizados por seus orientandos de Doutorado, Mestrado e Iniciação Científica, bem como por pesquisadores colaboradores que estão diretamente ligados ao projeto. Os citados projetos procuram responder questões relacionadas a eixos temáticos que envolvem a questão da memória, do sujeito político (homem e mulher) e das esferas do poder político brasileiro. Dentro desses eixos, há os que tratam da condição da mulher como sujeito político nas esferas do poder político.¹

Há, nas diversas áreas do conhecimento, pesquisas que tratam da questão da mulher nos âmbitos públicos e privados. Entretanto, com os resultados obtidos, a partir das pesquisas realizadas pelo GPADis, observou-se que, ainda, existe a precariedade de pesquisas sobre mulheres no âmbito político nos três poderes: executivo, legislativo e judiciário. Mesmo com toda a ascensão da mulher na sociedade sua participação na política ainda está a quem se comparada à participação do homem.

De acordo com Fonseca-Silva (2007), na primeira metade do século XIX, a quantidade de mulheres alfabetizadas no Brasil era muito pequena. Só a partir da metade do mesmo século, quando houve a volta das mulheres, já formadas, que saíram do País estudar, que a situação da mulher começou a se modificar: as lutas pelo direito de participar ativamente no quadro político brasileiro tomaram força, inclusive o direito ao voto. Entretanto, Prado (2010), com base em Fonseca-Silva (2007), afirma que o direito ao voto só foi adquirido pelas mulheres depois da Revolução de 30. Com a ajuda do presidente Getúlio Vargas se sua indicação, Bertha Lutz, única a discutir o primeiro parecer, o qual tratava-se da retirada do direito da mulher ao voto da nova Constituição. Com a antecipação da divulgação do anteprojeto decretado por Vargas, foi

¹ Informações retiradas dos sites dos programas de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade e Pós-Graduação em Linguística, cujos endereços eletrônicos são: www.uesb.br/ppgmemorials/conteudo.php?pagina=discursos-narrativas e www.uesb.br/ppglin/?pagina=projetos-de-pesquisa, respectivamente.

instituído à mulher o direito de votar. Mesmo com o direito do voto adquirido, a participação ativa da mulher no meio político demorou a acontecer. Apesar de ocupar cargos nos três poderes, em todo o território nacional, como governadoras, prefeitas, ministras e etc. a consagração do espaço da mulher como político veio com a escolha de Dilma Rousseff para presidente do Brasil, em 2010, como mostra FONSECA-SILVA, 2012; 2013).

A partir dessas considerações, apresentamos um breve esboço dos trabalhos do grupo de pesquisa que fazem parte dos projetos citados a fim de explicarmos qual a relação da pesquisa que deu origem a essa dissertação com os referidos trabalhos.

A primeira dissertação defendida que aborda o tema da mulher nas esferas de poder político foi desenvolvida no âmbito do Programa de *Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade*, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. A dissertação está intitulada "Memória e mulher que atua nas esferas do poder político: tensão entre lugares de subjetivação na mídia" e foi desenvolvida por Prado. Em seu trabalho, Prado (2010) investiga os lugares de subjetivação em que as mulheres atuantes nas três esferas do poder político aparecem subjetivadas, analisando formulações retiradas de reportagens do periódico *Veja*, no período de dez anos, entre janeiro de 1998 e dezembro de 2008.

Prado (2010) mostra como cada mulher analisada em seu texto se subjetiva, ou não, no lugar de sujeito político. Dentre as mulheres analisadas no trabalho de Prado está Roseana Sarney. Na seção que trata de Roseana Sarney, Prado (2010) analisa formulações que tratam de "mulheres políticas que representam a inserção, com sucesso, da mulher no campo político" (PRADO, 2010, p. 50). Ou seja, de acordo com a autora, nas formulações analisadas, o que aparece materializado não é a vida privada ou a intimidade dessas mulheres, mas, sim, suas atuações nas esferas do poder político. De acordo com suas análises, Prado descreve Roseana Sarney como uma mulher de personalidade forte, competente e comprometida. Sua competência política é repetidamente asseverada pela autora ao longo de suas análises. Além de Roseana Sarney, outras mulheres são estudadas no trabalho de Prado, pois, como foi o primeiro trabalho do grupo de pesquisa a abordar esse tema, a dissertação de Prado teve um caráter marcadamente cartográfico. Nesse sentido, Prado (2010) apresentou uma visão geral acerca da presença das mulheres nas esferas de poder político e de como essas mulheres políticas são discursivizadas na mídia. A partir do trabalho de Prado (2010), outras pesquisas com esse tema geral foram sendo desenvolvidas pelo GPADis.

Barbosa (2014) defendeu sua dissertação, cujo título é "Mídia e discursividade: Dilma, Lula, Radicais do PT e Corrupção", em 2014, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística. A referida dissertação tem como objetivo principal analisar a relação discursiva do sujeito

político Dilma Rousseff com o sujeito político Lula, bem como a relação discursiva entre o sujeito político Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores. O trabalho de Barbosa, diferentemente ao de Prado, trata especificamente de Dilma Rousseff, uma das mulheres que atua na esfera de poder político.

Além dos trabalhos supracitados, está sendo realizado, paralelamente a essa dissertação, outro na mesma linha de pesquisa, o trabalho de Amorim (2015) que aborda a relação entre mulher, política e mídia e tem como objetivo analisar, em excertos veiculados na mídia, o efeito sujeito Marina Silva e os efeitos de sentido de utopia, sonho e princípio construídos, retomados e ressignificados, quando relacionados ao referido sujeito político. O trabalho, que está em fase de conclusão, ainda não tem um título definitivo.

Por fim, nosso trabalho, como dito no início desta introdução, tem como objetivo analisar quais discursos encontram-se materializados na mídia acerca do sujeito político Roseana Sarney. Nessa perspectiva, este trabalho, assim como os de Barbosa (2014) e Amorim (2015)², teve como ponto de partida o trabalho de Prado (2010), o qual, como dito anteriormente, é um trabalho de cunho mais geral em relação à situação da mulher na política. Ressaltamos que o desenvolvimento desse trabalho só foi possível a partir do interesse insurgido durante os anos de iniciação científica, quando trabalhamos com pesquisas relacionadas às mulheres que atuam na esfera do poder político. Durante o primeiro ano de pesquisa, participamos do projeto “Discursivização sobre mulheres que atuam nas esferas do poder político, executivo e judiciário: estudo de casos”, vinculado ao projeto maior intitulado “Mídia, cenas validadas na memória discursiva e sentidos da corrupção política no Brasil”, coordenado pela Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva. O projeto tinha como objetivo investigar o funcionamento das imagens do sujeito mulher na encenação discursiva e midiática do poder político, no âmbito da esfera do poder executivo. No segundo ano de pesquisa de iniciação, fizemos parte do subprojeto “Memória Discursiva e a mulher como sujeito na esfera do poder executivo”, vinculado ao projeto maior “Memória Discursiva e esferas de poder político”, também coordenado pela Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva. Nesse período de iniciação, realizamos e apresentamos trabalhos que tratavam da mulher enquanto sujeito político. Desse modo, o trabalho de pesquisa que resultou nessa dissertação foi o resultado de um processo maior de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas por alunos e professores que compõem o GPADis.

² Ver também Amorim e Fonseca-Silva (2015).

1.3 PERCURSO METODOLÓGICO

Em relação ao percurso metodológico, procedemos de forma a responder a questão/problema por meio da análise dos dados, a qual ocorreu nas três seções que constituem esta dissertação. Em cada uma dessas seções, procuramos desenvolver uma das três hipóteses acima apresentadas, de forma que, ao final do trabalho, tivéssemos uma resposta para questão/problema e que essa resposta estivesse vinculada, em alguma medida, às análises apresentadas ao longo das três seções. Para tanto, construímos o trabalho por etapas.

Em um primeiro momento, fizemos a coleta dos dados, selecionamos o que nos era interessante e catalogamos as reportagens que compõem nosso *corpus*. Para tanto, selecionamos, no site da revista Veja, em seu acervo digital, todas as reportagens que tratavam de Roseana Sarney no período de 2001 a 2002. Começamos pelas reportagens da época em que ela foi escolhida pela cúpula de seu partido para disputar as eleições presidenciais do ano de 2002. Selecionamos reportagens que tratavam não só dela, mas também da família Sarney e do envolvimento de seus membros em escândalos de corrupção. Além de reportagens completas, selecionamos, ainda, dados de outras seções da revista, nas quais apareciam o sujeito Roseana Sarney, como por exemplo, as seções *Radar* e *Veja essa*.

Em seguida, analisamos o *corpus* a partir de textos teóricos que compõem o quadro da Escola Francesa de Análise de Discurso. Para isso, como dito anteriormente, recorremos a textos de autores que tratam da questão do discurso e da sua relação com a língua. Para respondermos às hipóteses apresentadas neste trabalho, o dividimos em três seções, além da introdução e da conclusão.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O trabalho aqui apresentado é estruturado da seguinte maneira: introdução, seguida de três seções nas quais apresentamos partes teóricas e partes em que procedemos às análises dos dados, e, por fim, a conclusão.

Nesta introdução, apresentamos o objeto e o *corpus* do trabalho, informamos a metodologia utilizada para alcançar os resultados almejados, bem como a questão/problema que norteia o trabalho. Apresentamos ainda o porquê desta dissertação ter como principal objetivo o estudo do sujeito político Roseana Sarney, mostrando a relação da pesquisa que deu origem a esta dissertação com outros trabalhos que também tratam da questão da mulher na política.

Na primeira seção, fizemos um pequeno apanhado teórico sobre a questão da política no Brasil, mostrando como se deu a formação e a (re)configuração de partidos políticos de maior visibilidade nacional, na época em que compreende a questão da pesquisa. Posteriormente, fizemos uma revisão bibliográfica sobre a questão do espetáculo midiático na política. Por fim, analisamos o *corpus*, com base nos conceitos operacionais apresentados na parte teórica da referida seção.

Na segunda seção, apresentamos, brevemente, uma discussão acerca do termo oligarquia a fim de mostrar como o referido termo é definido por alguns autores e filósofos que tratam do assunto. Em seguida, tratamos da relação entre memória e acontecimento, buscando verificar como a referida relação se materializa no *corpus* analisado, ou seja, como as reportagens de Veja retomam certa memória discursiva acerca do termo “oligarquia” (e suas variáveis) e como essa memória é atualizada nos acontecimentos que envolvem a família Sarney.

Na terceira seção, apresentamos uma revisão teórica acerca da corrupção na política brasileira, recorrendo, para tanto, a autores que tratam do referido tema. Em seguida, conceituamos estereótipo a partir das considerações de autores que estudam o tema, principalmente, Amossy e Pierrot (2005). A partir daí, analisamos, nas formulações de Veja, d e que forma os casos de corrupção, dos quais Roseana Sarney e Jorge Murad foram acusados; e as imagens cristalizadas acerca do Estado do Maranhão contribuíram para a derrocada da pré-candidatura da ex-governadora do referido Estado.

Na *conclusão*, fazemos um resumo de tudo o que foi discutido ao longo das seções e expomos, de forma sucinta, os resultados a que chegamos após a análise do *corpus*. Por fim, apresentamos, nas últimas páginas da dissertação, as referências que serviram de suporte teórico e metodológico para as análises e discussões realizadas.

2 POLÍTICA E MÍDIA: ASCENSÃO E QUEDA DO SUJEITO POLÍTICO ROSEANA SARNEY

O objetivo desta seção é mostrar como Roseana Sarney aparece discursivizada na revista *Veja* no que diz respeito a sua pré-candidatura à Presidência do Brasil. Trata-se, mais especificamente, de investigar o que *Veja* mostra acerca do sujeito político Roseana Sarney, desde novembro de 2001, quando ela começou a ser apresentada como possível candidata à presidência da república; até a derrocada dessa possível pré-candidatura, que ocorreu entre maio e junho de 2002, quando aconteceu o escândalo da *Lunus*, empresa cujo sócio majoritário é Jorge Murad, marido de Roseana Sarney. Para tanto, discutimos, em um primeiro momento, o funcionamento histórico-discursivo da política partidária brasileira, mostrando algumas configurações/reconfigurações ocorridas em relação ao referido tema nos últimos anos, além disso, apresentamos uma síntese das relações político-partidárias no cenário brasileiro na atualidade. Em seguida, mostramos algumas definições da noção de espetáculo e de espetacularização, conforme proposta inicialmente por Debord, e depois retomada por autores como Rubim (2002) e Fonseca-Silva (2009; 2007a; 2007b). Por fim, analisamos alguns dados desta pesquisa, mostrando como Roseana Sarney é discursivizada em *Veja* como sendo personagem de um espetáculo político mais amplo. Nessa etapa, dividimos a análise em dois momentos, discursivamente intercambiáveis, porém temporalmente distintos: i) o momento em que Roseana Sarney começa a aparecer como possível pré-candidata à presidência da República para as eleições de 2002; e ii) o momento em que ela aparece discursivizada como sendo a “candidata que afundou”, quando explode o escândalo da empresa *Lunus*.

2.1 A POLÍTICA PARTIDÁRIA NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No período de vinte e um anos, o qual abrange os anos de 1964 a 1985, o Brasil viveu o regime militar. O governo militar, como também ficou conhecido esse período, foi um tipo de governo em que o poder político foi exercido por militares. A maioria dos regimes ditatoriais é ocasionada por um golpe de Estado que derruba o governo anterior, no Brasil não foi diferente. A ditadura brasileira derrubou o governo do então presidente João Goulart e teve fim quando o ex-presidente José Sarney assumiu o comando do Estado brasileiro. O regime militar brasileiro ficou conhecido pela sua forma autoritária e nacionalista de governar o Estado; era autoritária pela maneira como era conduzida a própria administração estatal, o direito atribuído ao cidadão quase nunca era respeitado e as decisões tomadas nunca envolviam o povo e a ele não era dada

a opção de refutar, mesmo que por meio de protestos, o que era decidido; assim como, uma das características marcantes dos regimes militares é a falta de respeito para com os direitos humanos. Além de autoritário, o governo militar é nacionalista, já que, um povo nacionalista, ou que se pretende ser, deve ter como princípio a lealdade ao seu país. No Brasil, o nacionalismo que ficou disseminado na época da Ditadura foi o nacionalismo territorial; na ocasião um *slogan* nacionalista criado pelo governo militar rodou a nação, em 1970: “Brasil ame-o ou deixe-o”. O *slogan* em questão define exatamente como era a situação na época, quem ia de encontro ao que era determinado e disseminado pelo governo militar, ora era extraditado para outros países ora desaparecia sem deixar pistas de seu paradeiro, até os dias atuais há pessoas, guerrilheiros que foram contra a ditadura, que ainda não se sabe o paradeiro.

No último ano do período militar, 1984, insurgiu entre a população um movimento que ficou conhecido como “Diretas Já”. O objetivo do movimento era exatamente o que o nome sugere, conseguir eleições diretas e democráticas para presidenciáveis no Brasil. Nesse movimento, surgiram nomes que, mais tarde, se tornariam conhecidos e seriam personagens importantes no âmbito político brasileiro, como José Serra, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso entre outros. Durante o “Diretas Já”, ocorreram manifestações pelo país inteiro, como passeatas e comícios que contavam com a participação de milhares de brasileiros. Na verdade, o movimento visava o restabelecimento de eleições diretas para presidentes, tendo em vista que o país estava saindo de um regime militar e ditatorial.

Em 25 de abril de 1984, a emenda constitucional que regia o movimento popular foi colocada em votação e, para a total decepção dos defensores das “Diretas Já”, ela não foi aprovada. Assim, em 1985, com eleições indiretas, Tancredo de Almeida Neves foi eleito presidente do Brasil. Contudo, ele não chegou a assumir o cargo, em decorrência de uma doença que lhe causou a morte, o que fez com que José Sarney, seu vice, assumisse o cargo, tornando-se, assim, o primeiro presidente civil do Brasil, após a Ditadura Militar. As eleições diretas para presidente, no Brasil, só ocorreram, de fato, em 1989, após a promulgação da Constituição de 1988.

A partir da consagração da Carta Magna, em 1988, os brasileiros voltaram a ter o direito de escolher seu governante de Estado por meio de eleições diretas. No Brasil, as eleições diretas tiveram seu primeiro candidato eleito no ano de 1989. Desde a promulgação da Constituição de 1988, a legislação eleitoral brasileira permite a existência de vários partidos políticos no país. Após a Ditadura Militar, vários partidos políticos foram criados, e outros, que no período do golpe funcionavam ilegalmente, voltaram a funcionar de forma legal. No período militar, uma lei intitulada *Lei Falcão* estabeleceu que existissem apenas duas legendas: ARENA (Aliança

Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O primeiro desses partidos era constituído por políticos favoráveis aos militares; o segundo reunia, em sua conjuntura, a oposição, no entanto, essa oposição não insurgia contra as ideias do governo da época, como costuma fazer uma oposição. A partir da década de 1980, o Brasil deixou de pertencer a esse sistema bipartidário e volta a ter vários partidos políticos. Dados colhidos até agora nos mostram que no Brasil existem 32 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Dessa sorte, elencaremos aqui, a partir dessas primeiras considerações, alguns partidos que são considerados fundamentais na política partidária brasileira, traremos desses onze partidos por ordem de criação.

Começamos pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ele foi fundado em 1922 e foi colocado na ilegalidade na época da Ditadura (1964-19985). Entretanto, políticos e partidários do PC do B fizeram parte das fileiras armadas que enfrentavam os militares. O partido só voltou a funcionar na legalidade em 1985, durante o governo de José Sarney. Atualmente, de acordo com site oficial do partido³, o PC do B defende a implantação do socialismo no Brasil, defende, também, a ideia de um país verdadeiramente democrático e soberano, tendo como principais bandeiras a luta pela reforma agrária, distribuição de renda e igualdade social. E, ainda de acordo com o site, contam com o atual governo para a obtenção dos êxitos que almejam em sua conduta como partido político.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB na época), fundado em 1965, em oposição a Arena reuniu grande quantidade de políticos que faziam parte do MDB, na época do governo militar. É visto pelos eleitores como principal representante da redemocratização do país. Por isso, na década de 1980, após o regime militar, foi campeão de grandes partes das eleições. Chegou ao poder elegendo José Sarney, que foi instituído como presidente após a morte de Tancredo Neves, uma vez que Sarney era o vice desse último. Com o Plano Cruzado, em 1986, o PMDB conseguiu eleger a maioria dos governadores naquelas eleições. Com o fracasso do Plano Cruzado⁴, e a morte de seu representante maior, Ulysses Guimarães, o PMDB entrou em declínio. Vários políticos deixaram a legenda e migraram para o Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB), do qual falaremos mais adiante.

O Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu em meio às greves e o movimento sindical no início da década de 1980, no ABC Paulista, São Paulo. Apareceu no cenário político como forte

³ http://www.pcdob.org.br/texto.php?id_texto_fixo=4&id_secao=145 (Acessado em: 18/12/2014)

⁴ O Plano Cruzado foi um conjunto de medidas econômicas, foi lançado pelo governo brasileiro em 28 de fevereiro de 1986, com base no decreto de lei nº 2.283. Foi o primeiro plano econômico nacional em larga escala desde o término da Ditadura Militar.

oposição e como representante dos trabalhadores e das classes populares. De acordo com sua “carta de princípios”⁵, o partido define-se como “um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem”. Assim como, um partido de massas populares, unido aos operários, vanguarda de toda a população explorada, pessoas que lutam por maior participação política e efetiva liberdades democráticas. É o partido que está à frente do comando do Brasil, com a atual presidente Dilma Rousseff.

O Democratas (DEM) é o antigo Partido da Frente Liberal (PFL). O PFL registrou-se em 1984 e teve filiação de vários políticos dissidentes do Partido Democrático Social (PDS). Deu apoio e forneceu sustentação política durante os governos Sarney, Collor e Fernando Henrique Cardoso, é opositor ao governo Dilma e suas bases partidárias estão na região Nordeste do Brasil. Em março de 2007, passou a se chamar democratas (DEM). Conforme o que reza a constituição do partido, “seu compromisso maior é com a liberdade, ela sob todas suas formas”. São contrários a qualquer tipo de centralização do poder, sob o ponto de vista dos três poderes regentes no Brasil: executivo, legislativo e judiciário, ainda em conformidade com o que diz o ideário do partido, esse defende uma economia livre de barreiras e a redução de taxas e impostos.

O Partido Verde (PV) surgiu na Austrália, fundado por um grupo de ecologistas, logo depois, tomou proporções maiores expandindo-se pelo restante do mundo. Sua primeira manifestação partidária no Brasil foi em 1982, entretanto foi fundado de fato em 1986, no Rio de Janeiro. De acordo com o site⁶ do partido, este autointitulado como “instrumento da ecologia política”.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi criado em 1981 e se caracteriza pelo resgate de ideias que eram defendidas pelo ex-presidente Getúlio Vargas. Com tendências nacionalistas e sócio democratas, tem como reduto de sua política o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, onde tem apoio de uma significativa base eleitoral popular. Tem como principal figura de representação política o ex-governador Leonel Brizola, falecido em 2004.

O Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB) foi fundado em 1988 por políticos que abandonaram o PMDB, por não concordarem com o rumo que o referido partido estava tomando na elaboração da Constituição, que foi instaurada naquele ano. Entre as discordâncias, estava o fato de que políticos filiados ao PMDB, como Mario Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Serra defendiam o parlamentarismo e apenas quatro anos de mandato para

⁵ Carta essa encontrada como anexo no site oficial do partido: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadepincipios.pdf>

⁶ <http://pv.org.br/opartido/programa/> (Acessado em: 18/12/2014)

Sarney. O partido defende o desenvolvimento social do país com justiça social. O PSDB ganhou visibilidade no país depois de dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso como presidente do Brasil. Atualmente, é o partido de maior oposição ao governo petista.

O Partido Popular Socialista (PPS) é o resultado do fim do PCB (Partido Comunista do Brasil). Com a queda do muro de Berlim e o fim do socialismo, muitos partidos abandonaram a denominação comunista e/ou socialista, o PCB foi um deles, transformando-se em PPS, em 1992. Além da mudança de nome, mudou também suas bases ideológicas, para aproximar-se mais da sócia-democracia. Deixou de ser o “partido comunista” para tornar-se o “partido popular socialista”, conforme é explicitado no site⁷ oficial do partido “o PCB é o primeiro PC no continente a mudar radicalmente sua política, sua estrutura orgânica e sua simbologia”.

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) fundado em 1994 por dissidentes do PT. Defende o socialismo e o fim do capitalismo, tendo como base o modelo socialista do Leste Europeu. Em sua pauta, o trabalhador deve ter mais poder e maior participação social.

O Partido Progressista (PP) foi criado a partir da fusão do Partido Progressista Reformador (PPR) com o PP e o Partido Republicano Progressista (PRP), em 1995. Tem na sua base políticos que vieram do antigo Partido Democrático Social (PDS), que surgiu a partir da antiga ARENA. Defende ideias baseadas, principalmente, na proposta de construir um país moderno e uma sociedade baseada na dignidade humana, que tenha justiça, liberdade, que seja democrática, pluralista, solidária e participativa. Ainda em conformidade com que rege o seu programa partidário, prega a “liberdade do culto religioso, garantia da inviolabilidade da privacidade” e direitos básicos, como: saúde, educação, moradia, etc. Tem como principal representante o ex-governador e ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf.

E, por fim, o Partido da República (PR) surgiu em 2006, por meio da fusão entre o Partido Liberal (PL) e o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA). O PL entrou em vigor em 1985 com a união de vários políticos da antiga ARENA e alguns dissidentes do PFL e do PDS. Na descrição do partido, em seu site oficial⁸, é trazido como principal proposta de governo a defesa do liberalismo econômico, pouca intervenção do Estado na economia e diminuição das taxas e impostos cobrados pelo governo.

Como pudemos verificar, alguns partidos como o DEM e o PR, por exemplo, surgiram da fusão ou dissidência de outros membros dos seus antigos partidos. Quando um partido se

⁷ <http://portal.pps.org.br/helper/show/164906#> (Acessado em: 18/12/2014)

⁸ www.partidodarepublica.org.br/partido/historia_do_pr.html (Acessado em: 18/12/2014)

consolida é passado para seus afiliados e para o restante dos eleitores que um “novo partido” ou um “novo projeto político” está vindo à tona. No entanto, quando um partido é formado a partir de outro ou até mesmo apenas por ideias e influências de outros partidos, não há um “novo”, pois, de acordo com Pêcheux (1983b), há uma memória que perpassa esses partidos que insurgem. A mesma memória que perpassa o partido do qual esses partidos insurgem. A propósito disso, o autor afirma que:

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos (PÊCHEUX, 1983b p. 56).

Assim, como aparece na citação de Pêcheux (1983b), a memória não é “plana”, tampouco “fechada”, ela é “reavivada” por meio dos “implícitos”. Não há, também, no conceito de memória de Pêcheux, uma memória homogênea, na qual haja apenas uma forma de interpretação, ela é como um acúmulo de outras memórias. Ao trazer essa concepção para o que discutíamos anteriormente sobre os partidos políticos, podemos tomá-los, parafraseando Pêcheux, como um acúmulo de memórias de s partidos anteriores; que por sua vez, são resultados de outros acúmulos de memórias que os atravessam.

Em síntese, fizemos um pequeno apanhado do que é a política partidária brasileira, mostrando alguns dos partidos com maior influência no cenário político na época em que Roseana Sarney foi candidata à presidenciável. O objetivo foi mostrar o cenário político multiforme e multifacetado em que se situa nossa pesquisa.

2.2 O ESPETÁCULO MIDIÁTICO DA POLÍTICA

Considerado o primeiro a estudar e refletir sobre o conceito de espetáculo, Guy Debord (1967) compreende esse fenômeno como “uma parte da sociedade, na própria sociedade e seu instrumento de unificação”. De acordo com o autor, o espetáculo, a mercadoria e o capitalismo têm uma relação estreita, dessa forma, a sociedade ou a “sociedade do espetáculo” é realizada dentro de uma dinâmica capitalista.

Partindo dessa perspectiva, podemos dizer que o espetáculo apresenta o mundo como não tocável diretamente, não sendo assim, um conjunto de imagens apenas, mas, sim, uma relação entre indivíduos, relações essas mediadas por imagens. Assim, o espetáculo é uma maneira não de se ver de fato a realidade, mas de interpretá-la como tal.

Ainda conforme o autor, o que caracteriza os acontecimentos comuns da sociedade em espetáculo são os meios de produção nos quais esses espetáculos insurgem, de forma que, podemos tomar esses meios de produção como a mídia, por exemplo. Com o avanço midiático, com a informação chegando a vários lugares de forma rápida e descontrolada, a espetacularização midiática tornou-se, praticamente, inevitável. A respeito disso, o autor afirma:

[...] o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constrói o *modelo* atual da vida dominante na sociedade (DEBORD, 1997, p, 14).

Em seus estudos, Debord (1997) faz uma separação ao falar do espetáculo, ele separa o real da representação. Desse modo, podemos olhar o espetáculo como representação e não como o real em sua totalidade. Partindo desse pressuposto, a política vem sendo espetacularizada pela mídia, mas não na sua real conjuntura e sim da forma representativa que mais agrada ao público que ela busca entreter, ou seja, o eleitorado.

Ao tratar da midiatização em conjunto com a espetacularização, Rubim (2002), em seus estudos, faz uma comparação de modo “provisório”, como é salientado por ele, de um termo sobre o outro, para que não haja uma “confusão” ao se falar de midiatização e espetacularização. Conforme abordado por Rubim, a diferença entre um e outro consiste em:

O procedimento de midiaticização, portanto, pode ser definida como essa adequação à mídia, às suas linguagens estético-culturais especializadas, mesmo quando ela não ocorre em perspectiva espetacular. Já a busca de uma espetacularidade midiaticizada implica em bem mais que a mera midiaticização. Ele exige que, além de ser adequada à mídia, a “mensagem” seja trabalhada e submetida às operações específicas do processo de espetacularização (RUBIM, 2002 p. 17).

Desse modo, na visão do autor, o papel da mídia é apenas divulgar o que acontece, no caso deste trabalho, no meio político. A mídia apenas veicula os acontecimentos políticos, a espetacularização se dá pela reconfiguração e o enquadramento desse evento divulgado e veiculado. Essa reconfiguração, a qual o autor se refere, pode ser forjada ou não pelos meios midiáticos, ou seja, a espetacularização pode ser fidedigna ou não, ser apenas a representação do real, como afirma Debord (1997).

As propagandas políticas vêm se tornando cada vez mais midiáticas. Os políticos têm cada vez mais tempo nos meios de comunicação e isso, muitas vezes, vale mais do que outras formas de convencer o eleitor, como outras formas de fazer campanhas, que poderiam ser realizadas pelos candidatos, como por exemplos os comícios a céu aberto, como era de costume na política antes da expansão da mídia. Com base no trabalho do autor Schwartzberg (1978), Rubim (2002) afirma que há uma diferenciação da política que era feita antes no Brasil e a que é feita hoje. Segundo Rubim (2002), Schwartzberg faz uma análise comparativa do Estado, mostrando que esse é uma espécie de “produtor” de espetáculos e, nesse cenário, a política se caracteriza pela “encenação”. Rubim descreve o trabalho de Schwartzberg como uma descrição de inúmeros fenômenos políticos que tiveram grande repercussão na mídia. A partir dessas descrições, Rubim faz uma comparação da forma como era feita a política antes e de como a política é feita atualmente. Em sua concepção, a política de tempos atrás era feita de ideias, ao passo que hoje é feita de pessoas, ou, como ele cita em seu texto, de “personagens”.

A respeito dessa mudança ocorrida na política e no modo como ela é feita nos dias de hoje, Courtine (2003) faz uma análise de como as técnicas audiovisuais promovem a “pedagogia da expressão”. As propagandas políticas tornam-se cada vez mais midiaticizadas, nesse aspecto, o sublinha que:

As técnicas audiovisuais de comunicação política promoveram toda uma pedagogia do gesto, do rosto, da expressão. Elas fizeram do corpo um objeto-farol, um recurso central da representação política. É como se se passasse de uma política do texto, veículos de ideias, para uma política da aparência, geradora de emoções. [...] A era da comunicação não é mais, certamente, o tempo da eloquência, mas os comentários a propósito da “mídia-política” se

inscrevem mais frequentemente num *debate sem memória* (COURTINE, 2003 p. 25).

Courtine (2003) salienta que, com o avanço midiático, a eloquência, peça fundamental da política desde a época de Aristóteles, é “esquecida” e dar-se maior importância não à quantidade de pessoas que o político vai persuadir, mas, sim, à quantidade de eleitores que terão acesso àquela propaganda. Não há mais o público em massa, como nos antigos comícios em praça pública. A esse respeito, Courtine assinala que “a massa desapareceu, é evocada apenas como reminiscência que se resume a duas fileiras de expectadores prudentemente alinhados sobre um tablado estúdio” (COURTINE, 2003 p. 26).

O discurso político e a política passaram por várias mudanças no decorrer dos anos. Courtine (2006) trata dessas mudanças e afirma que “outra política do discurso está sendo desenvolvida: aquela de formas curtas, de fórmulas, de diálogos” (COURTINE, 2006 p. 84). Na concepção de Courtine, o discurso político de forma fechada e eloquente, que era feito antes, está dando lugar a um discurso totalmente diferenciado. Sob essa perspectiva, ele ressalta:

A intenção é menos explicar ou convencer, mas seduzir ou conquistar: formas didáticas da retórica de uma política clássica modelada pela máquina erudita são substituídas por novas formas, assujeitando os conteúdos políticos às exigências de práticas de escrita e leitura ao aparato áudio-visual de informação (COURTINE, 2006 p. 84).

Os longos discursos políticos foram perdendo lugar para discursos mais simples. As propagandas eleitorais estão enfatizando cada vez mais o candidato pelo candidato apenas. Dessa forma, o fenômeno midiático passou a transformar o modo como a política e o discurso político eram concebidos *a priori*. Nesse sentido,

De agora em diante, o discurso político não pode ser dissociado da produção e recepção de imagens da mesma maneira que o discurso do homem político não poderia mais se separar de sua imagem. O modelo do porta-voz político mudou profundamente os modos de subjetivação, regulados por novas práticas (COURTINE, 2006 p. 84-85)

Assim, podemos perceber, a partir das palavras de Courtine, que a mídia vem transformando esse discurso político e essa forma de fazer política, que dessa transformação novas práticas discursivas emergem. No cenário político brasileiro, verificamos que essas mudanças veem ocorrendo desde que se começou a estudá-lo.

A política brasileira caracteriza-se, cada vez mais, pelo espaço que ocupa na mídia, tanto escrita como falada. Há, desde sempre, mas, de forma mais acentuada, a partir dos anos 1990,

uma discursivização de forma mais marcante acerca do assunto. Há várias suposições para explicar esse fenômeno discursivo, uma delas é o fato de que nos últimos anos a política tomou maior visibilidade diante da sociedade brasileira. Outro fato importante, que vale a pena ser salientado, é o fato de que, nas duas últimas décadas, o Brasil vem sendo bombardeado com escândalos de corrupção, que foram investigados ou estão sendo investigados. Além das discursivizações em torno dos escândalos, como já mencionamos, o próprio espaço político tornou-se um espaço de espetáculo. De acordo com Fonseca-Silva (2009):

As pesquisas realizadas no Brasil, que tematizam, analisam e tentam explicar o poder institucional e de representação dos meios de comunicação no mundo político contemporâneo, tiveram seu início com as análises sobre as eleições presidenciais de 1989. Foi a partir do fenômeno Collor que acadêmicos de diversos campos de conhecimento passaram a reconhecer a importância da comunicação de massa no processo político brasileiro (FONSECA-SILVA, 2009, p. 2).

Ao analisarmos algumas das formulações, no decorrer deste trabalho, verificamos que o sujeito político Roseana Sarney se mostra exatamente como é descrita a política hoje em dia, ou seja, como apenas uma “personagem” que figura no espetáculo que foram as eleições presidenciais de 2002.

Verificamos, ainda, que quando a política é discursivizada nas formulações, ela é relatada da forma como o eleitor espera acompanhar, nos meios de comunicação de massa, a campanha eleitoral. Não é exatamente a política em si que esse candidato poderia fazer, como disse Rubim, a política de ideias, o ideal político de uma forma contingente, e sim, de que forma os candidatos aparecem no vídeo, ou como são ouvidos nas rádios, enfim, como o espetáculo que é realizado para atrair não só o voto do eleitor, mas também sua atenção.

O que podemos observar é um amplo espetáculo acerca das campanhas eleitorais atuais. As condições de possibilidade que caracterizam a política na atualidade e a mudança dos meios de comunicação fazem com que a política atual se torne cada vez mais um cenário de espetacularização⁹. Isso ocorre seja por conta de escândalos, que a todo o tempo tomam conta

⁹Para Foucault, são as práticas discursivas que definem as condições de possibilidade para que o enunciado possa surgir e ser validado. Neste caso, os sujeitos e a sociedade, atravessados pelas práticas discursivas, se transformam na continuidade um do outro. Isso porque, segundo Foucault, “é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado, até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, nas poeiras dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença de uma origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (FOUCAULT, 1969, p. 28).

dos telejornais, *sites*, revistas e todos os tipos de mídia, seja por campanhas que buscam cada vez mais tempo nas televisões e programas de rádio, além da internet.

2.3 ROSEANA SARNEY: DISCURSIVIZAÇÃO EM VEJA ACERCA DE SUA ESCOLHA COMO PRÉ-CANDIDATA

Em novembro de 2001, alguns partidos políticos, a exemplo do PFL, do PSDB e do PT, começaram articular sobre as possibilidades em relação aos candidatos para eleição presidencial de 2002. O PFL, juntamente com sua coligação da época, sugeriu o nome da então governadora do Maranhão Roseana Sarney para disputar o cargo à frente do partido. No entanto, algumas denúncias envolvendo a empresa do marido de Roseana, a *Lunus*, sobre desvio de dinheiro e manobras corruptas, fez com que o nome da governadora fosse retirado da condição pré-candidata pela referida coligação.

Nas reportagens de Veja que circularam nesse período, verificamos que, quando a revista discursiviza acerca da governadora Roseana Sarney, há o estabelecimento de uma forte relação entre política e espetáculo. É o que podemos verificar no conjunto de excertos apresentados abaixo:

1. Sua carreira política começou há apenas onze anos, quando já beirando os 40, enfrentou sua primeira eleição pelo PFL, um dos partidos menos populares do país. Mas Roseana Sarney Murad, 48 anos, casada, uma filha adotiva e dois netos, é o fenômeno da temporada (Veja ed 1726 14 de novembro de 2001, grifos nossos).
2. A candidatura de Roseana não é um fenômeno localizado (Veja ed 1726 14 de novembro de 2001, grifos nossos).
3. Até oito meses atrás, Roseana Sarney era uma figura nacionalmente inexpressiva, popularíssima apenas no Maranhão. Desde então, passou a estrelar os comerciais eleitorais do PFL, numa campanha televisa digna de cervejaria, tais o alcance e o investimento e acabou se transformando no fenômeno eleitoral da temporada (Veja ed 1747 17 de abril de 2002, grifos nossos).

Nos excertos acima, Roseana Sarney é categorizada como sendo “o fenômeno da temporada”, “fenômeno localizado” e “fenômeno eleitoral”. Na primeira formulação podemos notar uma expressão referencial definida, essa expressão referencial definida funciona como um predicativo, pois aparece logo após o verbo “ser” (é) que rotula o sujeito da oração, no caso Roseana Sarney. Nesse tipo de nomeação ocorre o estabelecimento de uma relação copulativa,

por meio da qual o sujeito é igualado ao seu predicativo. O efeito discursivo dessa relação pode ser verificado por um jogo entre memória e atualidade, pois a expressão “fenômeno da temporada” remete ao discurso publicitário, uma vez que vários artistas, personalidades da televisão e/ou do cinema e até mesmo produtos de consumo são categorizados como fenômenos do meio em que circulam. Além disso, o jogador brasileiro de futebol Ronaldo Luíz Nazario de Lima, conhecido nacional e internacionalmente como Ronaldo, o fenômeno¹⁰, devido a essa forma de nomeá-lo, também faz funcionar certos efeitos de sentido que são retomados/reconfigurados no excerto acima. Desse modo, quando Roseana é apresentada como “o fenômeno da temporada”, há a materialização de discursos que aproximam política e espetáculo, uma vez que tanto a publicidade (propagandas de certos produtos, como, por exemplo, a esponja de aço Bombril) quanto discursos que circulam em torno de personalidades da TV, dos esportes (caso de Ronaldo) ou das artes em geral (teatro, música, etc.) se relacionam com a noção de espetáculo. Nas outras formulações, a palavra “fenômeno” tem esse mesmo efeito de sentido materializado na primeira formulação. Roseana aparece como o “fenômeno da vez”, como se, naquele momento, ela fosse a estrela maior das campanhas presidenciais. A palavra “fenômeno” também é atribuída a fenômenos naturais que são, normalmente, devastadores, como furacões e *tsunamis*. É como se a campanha de Roseana estivesse devastando os seus adversários. Vê-se, aqui, algo semelhante ao que ocorre em relação à expressão “*on a gagné*”, da forma como a analisa Pêcheux (1983a). Quando Pêcheux trata do discurso como estrutura e como acontecimento, ele mostra um “deslocamento” de um enunciado de um campo para outro. No caso do livro “O discurso: estrutura ou acontecimento”, o enunciado usado como exemplo pelo autor é “On a gagné” (Ganhamos), que surge, primeiramente, nos estádios de futebol da França e é retomado na vitória de Mitterrand, quando da disputa pela presidência do referido país. Ainda segundo Pêcheux, os dois enunciados (“on a gagné” dito nos estádios de futebol e “on a gagné” dito na vitória de Mitterrand) não estão em relação interparafrástica, pois há, entre eles, um deslizamento de sentidos. Para o referido autor, isso ocorre porque, mesmo que o enunciado linguístico seja o mesmo, ele se refere a dois acontecimentos distintos. Nesse sentido:

O enunciado “on a gagné” [“Ganhamos”] é profundamente opaco: sua materialidade léxico-sintática (um pronome “indefinido” em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realizado, o lexema verbal “gagner”

¹⁰ Essa nomeação lhe foi conferida quando ainda era jogador do Barcelona, time da Espanha. Devido às suas atuações nas partidas, que lhe rendeu além do apelido a nomeação do melhor jogador do mundo pela FIFA, os jornais do país na época o apelidaram de “*el fenómeno*” ou “o fenômeno”, como passou a ser chamado aqui no Brasil.

[“ganhar”], a ausência de complementos) imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc. – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável (PÊCHEUX, 1983a p, 23).

Assim como no texto de Pêcheux, há o deslocamento de um termo usado no campo esportivo que migra para o campo político. Ainda sobre a expressão referencial aplicada à governadora, pode-se dizer que:

Em contraste com as operações de correferência no sentido usual do termo, a principal particularidade das nomeações reside no fato de elas darem um estatuto de referente, ou de *objeto de discurso*, a um conjunto de informações, as nomeações se parecem com a correferência; mas elas diferem no fato de que seu objeto não foi previamente estabelecido nem individuado por meio de uma expressão referencial (APOTHÉLOZ; CHANET, p, 134).

Todos esses autores reafirmam o que está materializado nas expressões nas quais Roseana Sarney Murad aparece como um fenômeno da política e, também, das campanhas presidenciais daquele ano. E o que está materializado nas referidas expressões é que há uma forte relação entre a política partidária feita no Brasil e os espetáculos de *mass media* (meios de comunicação de massa).

Nos excertos quatro e cinco, analisamos como a campanha de Roseana é apresentada e como sua exposição como candidata é tratada nas formulações. Vejamos, então, os excertos:

4. Nos comerciais, ela não faz discurso, não critica ninguém, não apresenta propostas nem faz promessas. Ela apenas aparece. Por isso, nos meios políticos, e mesmo dentro do PFL, sobram dúvidas sobre a consciência do crescimento de Roseana. O telespectador gosta do que ele vê, segundo demonstram as pesquisas, mas o que ele vê não é propriamente um candidato do modelo tradicional. O que aparece na televisão é uma mulher dinâmica bonita, simpática, sorridente (Vejaed 1726 14 de novembro de 2001, grifos nossos).

5. Até hoje, a governadora não precisou debruçar-se sobre as estatísticas de seu Estado para subir nas pesquisas eleitorais. Bastou ser apresentada na propaganda como um produto de consumo. Roseana é bonita, elegante e tem um magnífico sorriso – e é mulher, uma condição que, dizem, conta pontos na política brasileira atual. Essa operação de publicidade em torno de Roseana conseguiu catapultar sua candidatura para além dos 20% de intenção de voto. A fase exclusivamente televisiva, porém, não deve durar muito (Vejaed 1740 27 fevereiro 2002, grifos nossos).

Nas formulações acima, a governadora do Maranhão é descrita por sua imagem, a imagem que é vista pelo telespectador na TV todas as noites na propaganda eleitoral. Nos

excertos, ela é descrita como alguém que “aparece”. Esse verbo (aparecer) é usado no excerto quatro como paráfrase do verbo “ver” (“O telespectador gosta do que ele vê”; “o que ele vê não é propriamente um candidato do modelo tradicional” / “Ela apenas aparece”; “o que aparece na televisão é...”). Dessa forma, cria-se uma alternância entre ver/aparecer que joga com a equívocidade dessas duas palavras. Nessa perspectiva, “ver” e “aparecer” encontram-se em relação metafórica e, segundo Pêcheux, tal relação pode ser explicada da seguinte forma:

Isso significa dizer que não se passa necessariamente de uma sequência discursiva a outra apenas por uma substituição, mas que as duas sequências estão, em geral, ligadas uma à outra por uma série de efeitos metafóricos. Mas se admitimos que vários efeitos metafóricos podem funcionar entre tal discurso dado e o resto do *corpus*, isto significa, ao mesmo tempo, que o contexto de uma substituição não é necessariamente o discurso na sua totalidade, o que nos leva a colocar o problema da segmentação dos contextos no interior da sequência discursiva (PÊCHEUX 1969 p.99).

Dessa forma, esses dois verbos, apesar de não serem intercambiáveis, produzem, sob certas condições, efeitos que se vinculam, pois há, entre eles, um deslizamento de sentido, de forma que, em certos discursos “ver” e “aparecer” podem estar em relação parasfrástica. Contudo, além da relação com o verbo “ver”, “aparecer” produz um efeito de sentido que o opõe a “ser”. Para a filosofia platônica, por exemplo, “aparecer” está relacionado à aparência e, portanto, a algo que não é essência, que não é verdade. Diferentemente do “ser”, que indica justamente uma relação com a essência, com o verdadeiro. Nessa perspectiva, no discurso materializado no excerto quatro, “ver” é paráfrase de “aparecer” e, por isso, pode ser oposto a “ser”. Em outras palavras, o que o telespectador “vê” não é o que de fato “é”, mas apenas o que “parece ser”. Daí, a relação com o verbo “aparecer”. Além disso, o próprio termo “telespectador” materializa essa relação daquele que “vê aparências” ou “vê o que aparece na TV”.

O excerto cinco reforça o efeito materializado no excerto quatro, pois mostra que bastou a Roseana Sarney “ser apresentada na propaganda como um produto de consumo”. Isso reforça o discurso materializado no excerto anterior, segundo o qual o que importa é a forma como Roseana aparece. Na sequência do excerto cinco, lemos que “Roseana é bonita, elegante e tem um magnífico sorriso”. Nesse caso, a cópula (é) mostra um aparente apagamento do efeito materializado no excerto anterior pelo verbo “aparece”. Isso porque se Roseana “é”, logo não se trata de simples aparência, mas de essência. Contudo, a expressão referencial “Essa operação de publicidade em torno de Roseana”, usada no período seguinte, retoma, mais uma vez, o efeito de “aparência”, presente no verbo “aparecer” e na relação que esse estabelece com o

verbo “ver”. Afinal, o fato de Roseana Sarney ser “bonita, elegante e ter um magnífico sorriso” é sumarizado e categorizado como sendo uma “operação de publicidade” e, portanto, como algo ligado à aparência e não à essência da então governadora do Maranhão.

Nos excertos acima, verificamos, também, como a mídia trata a política como espetáculo, pois o jogo de imagens publicitárias é apresentado como sendo mais importante do que o histórico de Roseana na política maranhense. Dessa forma, segundo o discurso materializado no excerto cinco, por exemplo, o que de fato importa para o telespectador é a forma como Roseana aparece no vídeo, pois “a governadora não precisou debruçar-se sobre as estatísticas de seu Estado para subir nas pesquisas eleitorais”.

Nos excertos abaixo, vemos, mais uma vez, o sujeito político Roseana Sarney sendo comparada a um produto de consumo, que é anunciado para ser “vendido”. *Vejamos*:

6. A candidatura de Roseana é como propaganda de cerveja. Primeiro, foi a paixão nacional. Depois, virou a numero 1. Agora desce redondo (*Veja* ed. 1745 3 de abril de 2002, grifos nossos).

7. Roseana ficará, pelo menos, três horas e 45 minutos falando nos brasileiros de norte a sul do país até o fim do ano. É um tempo monumental. Só os grandes da publicidade fazem campanhas de duração maior. A estratégia do PFL é parecida com a de um bom anunciante. “Não é uma campanha da Antártica ou de Brahma, mas é semelhante à de uma Schincariol”, compara, com bom humor, José Roberto Berni, diretor-geral da agência de publicidade (*Veja*ed. 1717 12 de setembro de 2001, grifos nossos).

Nas formulações 6 e 7, a campanha de Roseana é comparada às propagandas das grandes cervejarias brasileiras. No Brasil, a bebida mais consumida entre as pessoas adeptas da bebida alcoólica é a cerveja. Seus comerciais são sempre apelativos, normalmente com mulheres exibindo corpos esculturais, homens que parecem sempre se dar bem entre as mulheres, enfim, mostram-se sempre pessoas felizes. Dessa forma, na formulação “a candidatura de Roseana é como propaganda de cerveja”, vemos retornar tanto a memória da propaganda de cerveja como aquela que é bastante apelativa quanto a da cerveja como um produto bastante consumido entre os brasileiros. Dessa forma, a comparação entre as propagandas do PFL sobre Roseana e as propagandas das maiores cervejarias do Brasil produz um efeito de sentido segundo o qual a governadora maranhense, assim como a cerveja, é um produto que, devido também a propaganda, será bastante consumido pelos brasileiros. Além disso, no excerto sete, lemos “A estratégia do PFL é parecida com a de um bom anunciante”, o que mostra que, para o discurso materializado no excerto, a exposição de Roseana Sarney na mídia é uma “estratégia”, mas, não

se trata de uma estratégia política e sim de uma estratégia semelhante às aquelas usadas pelos “bons anunciantes”, ou seja, trata-se de uma estratégia de *marketing*. Dessa forma, essa formulação aproxima, mais uma vez, a propaganda política das demais propagandas presentes no meio publicitário, o que reforça o discurso segundo o qual Roseana Sarney é um produto a ser vendido. Ainda no excerto sete, há a seguinte frase “primeiro, foi a paixão nacional. Depois, virou a número 1. Agora desce redondo”. Esse enunciado faz menção às três marcas de cervejas mais famosas do país e a seus respectivos slogans¹¹. No entanto, há um efeito que se produz com essa retomada dos *slogans*, pois a pré-candidatura de Roseana Sarney é apresentada na relação com os *slogans* das cervejas. A pré-candidatura começou muito bem e Roseana tornou-se uma “paixão nacional”, passando a ser a mais cotada nas pesquisas e a mais visada entre os candidatos à pré-candidatura. Contudo, com a queda da empresa de seu marido, que foi o motivo de sua derrocada política naquele ano, passou a ser “a número 1”, pois até que se pensasse em outro nome seu nome continuou a ser cogitado entre os candidatos. E, finalmente, com as denúncias confirmadas, sua campanha fracassou e afundou fazendo com que fosse comparada ao *slogan* da Skol, pois, assim como a referida cerveja, Roseana “desce redondo”.

Em síntese, nos excertos acima (6 e 7), o enunciador recorre à memória das propagandas de cerveja no Brasil para construir certa imagem acerca da pré-candidatura de Roseana Sarney. Há, portanto, o encontro entre uma memória (as propagandas de cerveja) e uma atualidade (a campanha do PFL em prol da pré-candidatura de Roseana Sarney). É nesse sentido que Pêcheux (1983b), afirma:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1983b, p. 52).

Além da imagem da própria pré-candidata, como mostramos até aqui, há também uma imagem acerca do Maranhão¹², estado governado, à época, por Roseana Sarney. Essa imagem do Maranhão, como vemos no excerto abaixo, também se vincula ao discurso segundo o qual a pré-candidatura de Roseana é uma espécie de espetáculo midiático.

¹¹ A primeira a ser citada é a “paixão nacional”, que é o *slogan* da cerveja Antártica. A segunda é “a número 1”, que faz referência ao *slogan* da cerveja Brahma. Por fim, quando trata da “que desce redondo”, a reportagem de *Veja* faz referência à cerveja Skol, que, assim como a Antártica e a Brahma, tem seu *slogan* aludido na formulação, “Skol: a cerveja que desce redondo”.

¹² Na terceira seção desse trabalho, com base no conceito de estereótipo, discutiremos melhor essa questão da existência de uma imagem cristalizada acerca do Maranhão e como essa imagem contribuiu, em certa medida, para a queda da pré-candidatura de Roseana Sarney à presidência do Brasil.

8. O governo de Roseana, dada as condições em que encontrou o Estado, foi melhor ou pior do que poderia ser? A resposta é que, considerados os números de sua gestão, o Maranhão não pode ir para vitrine de sua propaganda (Vejaed. 1740 27 de fevereiro de 2002, grifos nossos).

O excerto oito começa com uma pergunta retórica acerca do tipo de governo exercido por Roseana Sarney no Maranhão. Contudo, a resposta não apresenta números ou dados que mostrem como foi a referida gestão, mas, por meio de uma negação polêmica, o enunciador mostra que “O Maranhão não pode ir para vitrine de sua (Roseana Sarney) propaganda” O referido enunciado materializa, novamente, a relação da campanha à pré-candidatura da ex-governadora com a espetacularização midiática, pois, ao se referir a uma suposta “vitrine” da propaganda de Roseana, o enunciador do texto faz emergir uma memória segundo a qual produtos de consumo são expostos em vitrines para serem mais facilmente vendidos. Portanto, se o Maranhão pode ou não ser uma vitrine da propaganda de Roseana Sarney é porque a referida pré-candidata e seu partido usam a propaganda política como lugar de “vitrine política”, no qual se apresentam produtos que comprovam (ou deveriam comprovar) a eficácia do “produto” Roseana Sarney. Nesse sentido, reforça-se o discurso segundo o qual a campanha de Roseana é toda baseada na imagem mostrada na/pela mídia. De acordo com Rubim (2002), a política hoje não sobrevive mais de ideias e sim de pessoas, ou personagens, como ele mesmo nomeia. Roseana virou um “manequim”, e o Maranhão funciona, segundo esse discurso, como a “vitrine” que projeta esse manequim pro resto do Brasil. Dessa forma, ela deixa de ser um “fenômeno isolado”, como aparece na formulação dois.

2.4 ROSEANA SARNEY: DISCURSIVIZAÇÃO DE SUA “DERROCADA” COMO PRÉ-CANDIDATA

Como dito anteriormente, no ano de 2001, a atual governadora do Maranhão, Roseana Sarney, filha do ex-presidente José Sarney, foi cogitada pela coligação de partido, à época, o PFL, para ser lançada como pré-candidata à presidência da república. Na época, seu principal adversário era o ex-presidente Lula, que, vale salientar, foi eleito naquele ano concorrendo às eleições com outro candidato do PFL, José Serra.

Roseana, naquele cenário político, era a candidata mais cotada para ser a nova presidente do país. Era a primeira vez, desde setembro de 2001, que o pré-candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, perdia quatro pontos percentuais e deixava de ser líder isolado na disputa presidencial sucessória. Pesquisas da época revelavam que a governadora do Maranhão mantinha sua linha de ascensão pela quinta vez consecutiva, e que ela já ultrapassara os 23%

das intenções de voto, ao passo que o candidato do PT tinha caído de 30% para 26%. Dessa forma, considerando-se as margens de erros que há nesse tipo de pesquisa, a campanha de Roseana era praticamente um espetáculo à parte. As reportagens da época mostravam que só o fato da candidata aparecer na TV já era motivo de agrado aos eleitores e telespectadores dos programas políticos. O fato de Roseana ser bonita e simpática, a transformou numa espécie de “musa” das eleições. Contudo, em 1º de abril de 2002, ano das eleições presidenciais, a Polícia Federal organizou a operação na empresa Lunus Participações, empresa na qual Roseana Sarney era sócia administrativa, juntamente com seu marido, Jorge Murad, na época, Murad era quem administrava a empresa do casal. Nessa operação, foram apreendidos R\$ 134.000,00, os quais não estavam declarados e não havia explicação cabível para um montante tão alto estar guardado no cofre da empresa.

Com o escândalo de corrupção declarado, o PFL resolveu, juntamente com a coligação que formava o partido na época, retirar o nome de Roseana Sarney da condição de pré-candidata. Dessa forma, analisamos, a seguir, como foi discursivizada em Vejaessa “derrocada” de Roseana Sarney como ex-pré-candidata.

A partir dessas considerações analisemos, primeiramente, os excertos de número nove e de número 10, que tratam de como a pré-candidatura Roseana Sarney começou a “afundar”. Vejamos:

9. A candidata que afundou (Vejaed. 1742 13 de março, 2002, grifos nossos).
10. A candidata que virou pó (Vejaed. 1747 17 de abril, 2002, grifos nossos).

Os excertos nove e dez são títulos de reportagens distintas da mesma revista. Tanto um como o outro têm a mesma estrutura sintática para descrever a situação da candidata. No excerto nove, Roseana Sarney aparece descrita como “a candidata que afundou”: a capa da reportagem traz Roseana submersa a algumas notas de cinquenta e cem reais. A pré-candidatura de Roseana repercutiu no Brasil inteiro e ela já estava em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de votos, no entanto o escândalo que envolveu sua empresa e de seu marido fez com que essa pré-candidatura fosse “por água abaixo”. A candidata afundou em meio ao escândalo de corrupção no qual se viu envolvida, juntamente com sua família. No excerto dez, a candidata é descrita como “a candidata que virou pó”, nessa formulação o fato de Roseana ter “virado pó” traz a ideia de que ela se esvaiu no tempo assim como o pó. Traz, também, a memória da passagem bíblica, que acabou tornando-se um provérbio popular que diz: “do pó viemos ao pó voltaremos” (GN 3:19). Na passagem, a expressão “do pó viemos” refere-se ao fato de que,

segundo os escritos bíblicos, Deus criou o homem a partir do barro; e a formulação “ao pó voltaremos” refere-se ao momento da morte. Esse enunciado materializa um discurso segundo o qual a candidatura de Roseana Sarney não apenas encerrou-se, mas foi dissolvida no vento e, por isso, é impossível retomá-la, é algo que não tem mais volta. Nesse caso, com base em, Pêcheux (1983b), constatamos que:

Sob o “mesmo” da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva... Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase (Pêcheux 1983b p. 53).

Nessa perspectiva, a expressão “virou pó” mantém uma relação vertical com o versículo bíblico, mas, ao mesmo tempo, seu sentido desliza para outros efeitos, fazendo com que essa expressão possa estar em relação de paráfrase com o verbo “afundar”, pois, nas reportagens de *Veja*, ou seja, no acontecimento que se dá a ver, essa relação parasfrástica funciona como “a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1983b, p. 52).

Nos excertos seguintes, assim como nos anteriores, vemos como a candidatura de Roseana foi discursivizada já em sua fase final.

11. A reação do país foi imediata e fraturou a candidatura da ex-governadora, que já vinha afundando desde a publicação da foto dos maços de 50 reais apreendidos no escritório da Lunus (*Veja* ed. 1747 17 de abril, 2002, grifos nossos).

12. A partir de agora, já não será mais possível aos marqueteiros apresentar a governadora do Maranhão como uma alternativa ao país pelo fato de ser uma mulher batalhadora que venceu preconceitos. Esse discurso, perfumado como um sabonete, pertence ao passado (*Veja* ed. 1742 13 de março, 2002, grifos nossos).

13. A tentativa de convencer o país com uma história tão frágil funcionou contra seus arquitetos (*Veja* ed. 1747 17 de abril, 2002, grifos nossos).

Nos excertos onze e doze, as formulações já tratam da candidatura de Roseana como findada. Na expressão “fraturou a candidatura da ex-governadora” temos o deslocamento de um termo de um campo para o outro¹³: medicina para a política. A palavra “fraturar” é usada no âmbito da medicina para classificar um tipo de trauma causado em partes ósseas, um osso quando se quebra ou parte-se aos pedaços. Na expressão “o país fraturou a candidatura”, o termo “o país” é visto como o sujeito da oração, e, ao mesmo tempo, representa o povo

¹³ Ver, nessa seção, o que Pêcheux (1983a) diz sobre deslocamento de um mesmo enunciado para campos distintos.

brasileiro, o povo brasileiro rejeitou a candidatura de Roseana, mediante ao escândalo de corrupção, no qual ela se viu envolvida. Na frase seguinte, lemos o seguinte enunciado “vinha afundando desde a publicação da foto dos maços de 50 reais apreendidos no escritório da Lunus”. Aqui, assim como no excerto nove, o verbo “afundar” é usado para indicar que a candidatura de Roseana já dava sinais de que não se sustentaria. Há, também, no enunciado, a referência ao dinheiro encontrado no cofre da empresa de Roseana e de seu marido, o que remete à foto que ilustra a reportagem do excerto nove, cujo título é, como vimos, “a candidata que afundou”. A imagem, como dito anteriormente, traz a candidata submersa em notas de cem e cinquenta reais. O excerto doze mostra o trabalho de *marketing* que foi feito em relação à candidatura de Roseana Sarney. Desse modo, aparece o seguinte enunciado “já não será mais possível aos marqueteiros apresentar a governadora do Maranhão como uma alternativa ao país”. Esse enunciado remete a outro ponto trabalhado nessa mesma seção, pois retoma o discurso segundo o qual a candidatura da governadora fora toda baseada no espetáculo midiático da política. O discurso acerca da espetacularização da pré-candidatura de Roseana Sarney é retomado também no enunciado “mulher batalhadora que venceu preconceitos. Esse discurso, perfumado como um sabonete, pertence ao passado”. Nesse caso, vemos materializada uma memória segundo a qual houve uma falsa construção da imagem de Roseana Sarney, apresentada como uma “mulher batalhadora que venceu preconceitos”. Essa formulação, quando retomada, no período seguinte, pela expressão nominal “esse discurso”, acrescida da explicativa “perfumado como um sabonete”, faz funcionar um efeito de sentido segundo o qual a palavra “discurso” (em “Esse discurso”) está relacionada à mentira, ao fingimento, a algo que não é verdadeiro, porque não é intrínseco à pessoa de Roseana. Trata-se de algo que lhe foi acrescentado, como o cheiro do sabonete é acrescentado à pessoa, quando essa o utiliza, mas não constitui o cheiro natural da pessoa. Nesse caso, a expressão “perfumado como um sabonete” remete ao caráter artificial da campanha e, conseqüentemente, da construção da imagem de Roseana Sarney como sendo uma mulher batalhadora que venceu preconceitos.

Vale salientar que, nas formulações da própria revista *Veja*, como as que trouxemos no outro ponto desta seção, Roseana Sarney é discursivizada como uma mulher batalhadora, bonita, sorridente, entre outros adjetivos valorativos. Naquele momento de “ascensão” da candidatura da referida pré-candidata, esses adjetivos funcionavam em favor de Roseana, mas, no momento de “derrocada”, esse caráter positivo desaparece, pois é apresentado como um falseamento da verdade, uma construção midiática da política do espetáculo. Esse mesmo efeito negativo encontra-se materializado na formulação de número treze, segundo a qual a “tentativa de convencer o país com uma história tão frágil funcionou contra seus arquitetos”. Nesse caso,

mais uma vez, a história de vida de Roseana Sarney, incluindo sua saúde frágil, é apresentada como uma construção midiática da política do espetáculo. Isso mostra que usar a história de vida de Roseana Sarney como estratégia de marketing eleitoral só funcionou enquanto sua candidatura ia bem, a partir do momento que foram descobertas ações que podiam incriminá-la, o uso de sua imagem como mulher frágil, batalhadora começou a funcionar contra a imagem do referido sujeito político.

Nos excertos seguintes, mostramos de que forma a descendência familiar de Roseana apareceu discursivizada em relação à sua derrocada política. Vejamos:

14. Aparentemente, eles entenderam que bastava um papelucho qualquer, uma declaração vigorosa de alguma autoridade – e massa a de eleitores estaria convencida(Vejaed 1747 17 de abril de 2002, grifos nossos).

15. Com o domínio absoluto dos meios de comunicação no Maranhão, basta ao clã dos Sarney criar uma versão e divulgá-la à exaustão nos limites do Estado para que sua posição fique estabelecida (Vejaed. 1747 17 de abril, 2002, grifos nossos).

Os excertos catorze e quinze tratam da família de Roseana e mostram como, supostamente, a família Sarney resolve seus problemas políticos. A formulação “eles entenderam que bastava um papelucho qualquer, uma declaração vigorosa de alguma autoridade – e a massa de eleitores estaria convencida” mostra como o enunciador da reportagem caracteriza a imagem da família Sarney. Esse trecho, especificamente, refere-se a como, supostamente, Roseana e seu marido pensaram que funcionava a política “além Maranhão”, Estado governado pela ex-pré-candidata. Verificamos, portanto, que o Maranhão é apresentado, nas reportagens de Veja, como um estado cuja principal característica é o “domínio político” da família Sarney. Contudo, como veremos na próxima seção, não se trata só de um domínio político, pois os meios de comunicação, em sua maioria, também são da referida família. Nesse sentido, o enunciado mostra que, se a pré-candidatura de Roseana estivesse relacionada apenas ao estado do Maranhão, bastaria que alguma autoridade do estado interviesse em favor dela e de seu marido, ou que alguma nota, também em favor de Roseana Sarney, fosse emitida em um dos jornais da família, para que o problema de seu suposto envolvimento em escândalos de corrupção fosse resolvido. Na formulação de número quinze, vemos, novamente, a materialização de um discurso segundo o qual a família Sarney domina os meios de comunicação. Esse “domínio” é intensificado pelo uso do adjetivo “absoluto”, o qual qualifica o referido substantivo. Além disso, a família a qual pertence Roseana é caracterizada como um “clã”, termo que, como veremos na segunda seção, faz funcionar certa

memória acerca da referida família. Por fim, o discurso segundo o qual há, tanto no que diz respeito à pré-candidatura de Roseana Sarney quanto em relação ao modo de a família Sarney agir no meio político, um falseamento da verdade, é retomado por meio da formulação segundo a qual os Sarney só precisam “criar uma versão (para um fato ou sobre as suas próprias ações políticas) e divulgá-la à exaustão”. Nesse caso, verbo “criar” indica que se trata não de uma busca da verdade, mas de um falseamento da mesma, isto é, da “criação” de uma versão para um fato qualquer. De acordo com o efeito de sentido produzido no/pelo referido excerto, a família (ou o clã) Sarney cria fatos e os divulga “à exaustão”, mantendo, assim, um “domínio absoluto” sobre o Estado do Maranhão.

Em síntese, nesta primeira seção, mostramos, a partir das formulações analisadas, a forma como a mídia, mais especificamente a revista *Veja*, espetacularizou a ascensão e a queda da pré-candidatura à presidência do Brasil de Roseana Sarney. Nos excertos analisados, vimos que a referida espetacularização se deu por meio de diferentes estratégias. No que diz respeito à ascensão da referida pré-candidatura, verificamos que *Veja* materializa, em suas reportagens, uma imagem de Roseana Sarney que a aproxima de um produto de consumo, comparando, por exemplo, a sua campanha como pré-candidata à presidência do país às propagandas de cerveja. Já, no que se refere à queda da pré-candidatura de Roseana Sarney, constatamos que tanto a forma como o Maranhão é discursivizado em alguns enunciados, nos quais o referido estado aparece como um lugar cujas leis se resumem àquilo que é determinado pela família Sarney, quanto o escândalo de corrupção envolvendo a empresa Lunus, são usados, em *Veja*, como justificativa para a referida queda. Nesse sentido, esses dois “fatos” serão tema das próximas duas seções, os quais abordam, respectivamente, a relação do Estado do Maranhão com a família Sarney, e o escândalo da Lunus como um dos responsáveis pela queda da pré-candidatura de Roseana Sarney à presidência do Brasil.

3 A OLIGARQUIA DOS “SARNEY” E SUAS DESCENDÊNCIAS POLÍTICAS

Nesta seção, objetivamos tratar de certa memória acerca da família Sarney, a qual é apresentada pela mídia como sendo uma oligarquia, e de como tal imagem, que funciona como uma espécie de herança política afetou e afeta a imagem de Roseana Sarney. Para tanto, apresentamos, em um primeiro momento, uma discussão acerca do termo oligarquia e de como tal termo é definido por alguns autores e filósofos que tratam do assunto. Trata-se de mostrar, mesmo que de forma geral, o que é e onde surge a palavra “oligarquia”, além de mostrar, ainda segundo esses autores e filósofos, como se consolida um governo oligárquico. Em seguida, apresentamos algumas considerações acerca da relação entre memória e acontecimento,

segundo a Escola Francesa de Análise de Discurso, uma vez que, nas análises, buscamos, entre outros aspectos, explicar como certa memória é trazida e reconfigurada nos excertos apresentados. Em um terceiro momento, analisamos os excertos de reportagens da revista *Veja*, que circularam pela mídia no período de 2001 a 2002, quando foi catalogada, por nós, a última reportagem que tratava de Roseana Sarney. Nas reportagens, verificamos como Roseana e sua família são descritos e discursivizados no que diz respeito à questão da oligarquia.

3.1 O GOVERNO OLIGARCA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATUAL POLÍTICA BRASILEIRA

O Brasil é um país de regime político democrático, no entanto a história política do país não foi sempre essa. De acordo com Bobbio (1980), em seu livro “A teoria das formas de governo”, no qual ele faz uma abordagem sobre o que vários filósofos em várias épocas escreveram e ensinaram sobre política, as formas de governo clássicas são três: democracia, aristocracia e monarquia. Essas três modalidades de governo, segundo ele, continuam vivas em nossa sociedade até os dias de hoje. Um dos filósofos estudados por Bobbio é Aristóteles, que, de acordo com o autor, foi quem melhor escreveu sobre a teoria clássica das formas de governo, em *Política*¹⁴. Bobbio (1980) descreve a divisão feita na obra do filósofo da seguinte forma: dos oito livros, nos quais está dividida a obra, dois – o terceiro e o quarto – descrevem e classificam as formas de governo; o primeiro trata da origem do Estado; o segundo critica as teorias políticas precedentes, “em especial a platônica”; o livro quinto trata da mudança das constituições; o sexto estuda as formas de democracia e oligarquia, que são, por sinal, as duas formas nas quais Aristóteles mais se detém em sua obra; por fim, nos sétimo e oitavo livros, Aristóteles trata das melhores formas de constituição.

Em seu livro, Bobbio traz uma breve explicação, a partir da obra de Aristóteles, sobre as seis formas de governo, que são: monarquia, aristocracia, polida, tirania, oligarquia e democracia. A cada uma Aristóteles dá uma pequena definição: “as degenerações das formas de governo precedentes são a ‘tirania’ com respeito ao reino; a ‘oligarquia’, com relação à

¹⁴*Política* é o texto de Aristóteles que é composto por oito livros e a autenticidade da obra é inquestionável até os dias de hoje. Nesses livros, encontram-se discussões que tratam da composição da cidade, da escravidão, da família, das riquezas, bem como de uma crítica às teorias de Platão. O filósofo analisa também as constituições de outras cidades, em um notável exercício comparativo, descrevendo seus regimes políticos. Além disso, idealiza qual modo de vida seria mais desejado para as cidades e para os indivíduos. Na filosofia aristotélica, a política é a ciência que tem por objeto a “felicidade humana” e divide-se em ética e na política propriamente dita. Aristóteles objetivava com *Política* investigar as formas de governo e instituições capazes de assegurar uma vida feliz ao cidadão.

aristocracia; e a ‘democracia’, no que diz respeito à ‘polida’”. (Aristóteles 1279, *apud* Bobbio, 1980 p. 56).

O modo de governar que nos interessa nesse ponto é a oligarquia. O termo oligarquia vem do grego e quer dizer governo de poucos, ou governo comandado apenas por uma única família, clã ou grupo político. Partindo desse viés, a oligarquia aproxima-se muito mais da monarquia do que da democracia. Aristóteles foi um dos primeiros estudiosos de política que tratou do assunto. Assim, Bobbio retoma a definição proposta pelo filósofo grego, para quem o termo oligarquia:

significa propriamente "governo de poucos", corresponde a "governo mau de poucos", a que está relacionada a "aristocracia", como forma boa de governo. O termo "oligarquia" conservou de fato, nos séculos seguintes, seu significado pejorativo original; ainda hoje se costuma falar de "oligarquias", no sentido negativo, para designar grupos de poder restritos que governam sem o apoio popular (contrapondo-se assim à "democracia") (BOBBIO, 1983 p. 56).

De acordo com Bobbio, em uma oligarquia é fácil nascerem conflitos pessoais entre os praticantes da virtude pelo bem público, isso acontece pela ambição de todos que almejam ser o líder, fazendo prevalecer sua opinião, o que leva seus membros a odiarem-se. Nessas ocasiões, surgem, ainda segundo o referido autor, o que chamamos hoje em dia de facções e delas derivam os delitos. Ainda de acordo com o filósofo, o delito leva à monarquia, provando, assim, que esta é a melhor forma de governo. Bobbio, tendo como base principal os estudos de Aristóteles, continua a descrever oligarquia, assim:

O fato de que a oligarquia é o governo de poucos e a democracia o governo de muitos pode depender apenas de que, de modo geral, em todas as sociedades os ricos são menos numerosos do que os pobres. Mas, o que distingue uma forma de governo da outra não é o número, e sim a condição social dos que governam: não um elemento quantitativo, mas qualitativo. (BOBBIO, 1980, p. 61).

Podemos dizer, então, que o que de fato diferencia a oligarquia da democracia é a riqueza desta e a pobreza daquela. Na oligarquia, quem domina a forma de governar são os ricos. Na democracia, quem domina, de forma quase que majoritária, são os pobres. Nesse sentido, um dos efeitos de sentido materializados nas formulações analisada nesta seção é o de que Roseana e a família Sarney governam apenas para as pessoas de nível social mais elevado. Em algumas dessas formulações, inclusive, o estado do Maranhão aparece como um estado

pobre, sem muitos recursos, o qual teria sido esquecido pelos seus governantes, isto é, pela família Sarney, a qual só se preocuparia com os ricos.

Ainda citando Aristóteles, Bobbio defende que:

Dizíamos, pois, que a política é uma fusão da oligarquia e da democracia. Agora que sabemos em que consistem uma e outra, podemos compreender melhor em que consiste essa fusão: é um regime em que a união dos ricos e dos pobres deveria remediar a causa mais importante de tensão em todas as sociedades - a luta dos que não possuem contra os proprietários. É o regime mais propício para assegurar a "paz social" (BOBBIO, 1983, p. 61).

Acerca disso, Bobbio afirma que:

Quando é o povo que governa, é impossível não haver corrupção na esfera dos negócios públicos, a qual não provoca inimizades, mas sim sólidas alianças entre os malfeitores: os que agem contra o bem comum fazem-no conspirando entre si. É o que acontece, até que alguém assume a defesa do povo e põe fim às suas tramas, tomando-lhes o lugar na admiração popular; admirado mais do que eles, torna-se monarca (BOBBIO, 1980, p. 41).

Assim, o autor, citando Dario, que defende a monarquia, diz que é condenável não só o governo do povo, mas também, o governo de poucos que é o caso da oligarquia. Constatamos a memória dessa concepção que trata da oligarquia como "governo de poucos" em algumas formulações analisadas nesta seção. Nas referidas formulações, como veremos nas análises, o governo do Maranhão é apresentado como uma oligarquia, e, portanto, como um governo que não se preocupa com seu povo.

Bobbio volta a tratar do tema mostrando outro ponto importante do governo oligarca, que, como afirma o autor, é a facilidade com a qual o grupo dirigente fragmenta-se em facções. Isso ocorre em decorrência da falta de um representante único que os guie, o que, segundo o autor, é necessário para manter a unidade do Estado. Nesse ponto, a partir do que o estudioso expõe, verificamos a diferença entre oligarquia e democracia, pois, na democracia, um líder é selecionado e essa seleção deriva da decisão de uma maioria que escolhe alguém para representá-la diante do Estado. Em um governo popular, o ponto crítico é justamente o contrário, não há a discórdia entre os bons, mas o acordo entre os maus; "não a cisão do que deveria permanecer unido, mas a conspiração do que deveria estar dividido" (BOBBIO, 1980 p. 43). Para Bobbio (1980), ainda que por razões que se opõem, tanto o governo popular quanto o restrito são ruins, cada um em sua formulação; o oligarca não é de todo bom, pelos motivos já elencados aqui; e o governo do povo, que em seu texto o autor trata como a própria

democracia, também não é de todo bom, por conta dos desmandos e dos acordos ruins que podem ser feitos com base nesse tipo de governo.

Desse modo, em determinado momento histórico, a oligarquia passou a ser vista como um modo ruim de governar, pior até do que a monarquia, a qual sempre foi muito criticada pelo fato de muitas vezes seu líder ser um tirano. Contudo, mesmo com esses entraves, a oligarquia é menos recomendada, de acordo com o autor, do que a democracia, pois, com base em Aristóteles, Bobbio ressalva que “o critério adotado por Aristóteles para distinguir a oligarquia e a democracia não é o critério numérico, de caráter geral, mas um critério bem mais concreto: a diferença entre ricos e pobres.” (BOBBIO, 1980 p. 60).

Segundo o autor, no governo oligarca quem governa são os nobres e os ricos, ou seja, a minoria da sociedade, ao passo que na democracia ocorre o contrário: o governo democrata é feito pelos homens livres e os pobres. Quando Bobbio (1980) afirma que oligarquia é um governo de poucos, como já vimos anteriormente, é no sentido de que em uma sociedade, normalmente, os ricos e os nobres são minoria. Dessa forma, o que distingue uma forma de governo da outra não são os números em si, e sim a classe social dos envolvidos.

3.2 SOBRE A RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E ACONTECIMENTO

O termo “memória discursiva” foi cunhado por Courtine (1981), que definiu o referido conceito operacional com base nos postulados de Foucault acerca do conceito de “domínio de memória” ou “campo associado”. Foucault (1969) conceitua o “domínio de memória” como uma das principais características do enunciado¹⁵ que, de acordo com Fonseca-Silva (2007), tendo como base o filósofo, “é a unidade elementar do discurso e uma função de existência”. (FONSECA-SILVA 2007a p. 20). Nessa perspectiva, a autora, mencionando o filósofo, salienta que o enunciado

pertence a um *domínio de memória* constituído pelo conjunto de formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e com as quais o enunciado se inscreve e com as quais poderá se apagar ou ser valorizado, conservado cristalizado e oferecido como objeto a discursos futuros (FONSECA-SILVA, 2007 p. 21).

O enunciado é constituído a partir de formulações diversas, que estão relacionadas por um campo associado. É, portanto, a partir desse conceito de campo associado que Courtine

¹⁵ Ver Foucault 1969.

(1981) formula o conceito de memória discursiva. Nas palavras de Fonseca-Silva, a noção de memória discursiva, cunhada por Courtine, refere-se “à existência histórica do enunciado, ou seja, supõe o enunciado inscrito na história” (FONSECA-SILVA, 2007a, p. 23) De acordo com essa passagem, podemos dizer que memória é tudo o que já foi “dito”, tudo o que já foi enunciado. Partindo dessa concepção, a autora assegura que:

Os enunciados, em cuja formação se constitui o saber próprio de uma formação discursiva, são tomados no *tempo longo de uma memória*, e as formulações, no *tempo da atualidade de uma enunciação*. Nessa perspectiva, a memória irrompe na atualidade do acontecimento. E o efeito de uma memória discursiva na atualidade de um acontecimento se dá na relação entre interdiscurso e intradiscurso (FONSECA-SILVA, 2007^a, p. 23).

No texto “O discurso: estrutura ou acontecimento?”, de Pêcheux (1983a), o autor retoma o conceito de memória para aplicá-la no âmbito dos trabalhos de Análise de Discurso. Nesse texto, o autor propõe discutir a questão da memória e do acontecimento como elementos constitutivos do enunciado¹⁶, a partir do acontecimento discursivo que é a vitória de François Mitterrand à presidência da República Francesa, em 10 de maio de 1981. Com base nesse acontecimento, Pêcheux mostra a relação entre memória e novo na constituição do discurso. Para tal feito, Pêcheux toma como enunciado a ser analisado o grito proferido pelos franceses, em praça pública, quando da vitória de Mitterrand: “*On a gagné*” (Ganhamos). Para o autor, o discurso é formado pela estrutura, que é algo que se repete e que, portanto, pode ser aproximado daquilo que o autor diz, em “Papel da memória” (Pêcheux, 1983b), acerca da memória; e o pelo acontecimento: o novo.

De acordo com Pêcheux (1983a), os enunciados sob análise não estão em relação interparafrástica, pois, além de não referirem a um mesmo fato, há sempre um deslizamento de sentidos entre eles e isso ocorre por conta do acontecimento. O enunciado que é proferido naquele momento é um termo usado antes, em outro lugar, no espaço do acontecimento político. Nas palavras do autor:

A materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político [...] constitui a retomada direta, no espaço do acontecimento político, do grito coletivo dos torcedores de uma partida. Este grito marca o momento em que a participação passiva do espectador-torcedor se converte em atividade

¹⁶ Salientamos que o conceito de enunciado para Pêcheux é diferente do conceito que foi cunhado por Foucault (1969) e reestruturado por Courtine (1981).

coletiva gestual e vocal, materializando a festa ela era mais improvável (PÊCHEUX, 1983a, pg. 21).

Não há totalidade de sentido diante do surgimento de acontecimentos novos, o que ocorre é um jogo de força de memória. O que insurge, diante dos implícitos, não é totalmente novo, são enunciados já existentes em outro lugar, outra época que ao serem “acionados”, novamente fazem com que essa memória seja, da mesma forma, “acionada”.

Partindo dessa perspectiva, o autor tomou como exemplo o enunciado “*On a gagné*” (Ganhamos) para explicar como essa memória e esse acontecimento funcionam juntos e causam o deslocamento de um enunciado para outro campo. O deslocamento se dá quando o “dito” que está servindo a um discurso político, passa tanto por uma atualização quanto por uma reatualização, produzindo outros efeitos de sentido, numa reestruturação/perfuração da memória. Dessa forma, “o confronto discursivo prossegue através do acontecimento” (PÊCHEUX, 1983a, p. 20). A respeito disso, Possenti (2009) retoma a noção de acontecimento e com base em Pêcheux salienta que:

Pode-se caracterizar o acontecimento como o que foge à estrutura, ou a uma rede causal, ou a uma origem. Em um sentido, ele é único (talvez inesperado, embora em geral se explique até facilmente *a posteriori*) (POSSENTI, 2009, p. 119).

Em “Papel da memória”, Pêcheux (1983a), trata mais uma vez do papel da memória no âmbito da Análise de Discurso. Seguindo a linha de raciocínio do autor, a memória discursiva diz respeito ao já dito, o que fala antes, em outro lugar. Desse modo:

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1983b p. 52).

A memória discursiva estabelece os implícitos que, conforme o autor é o fato crucial de se estudar a memória. A dificuldade em estudar a memória seria entender onde estão esses implícitos que “estão ‘ausentes por presença’” (PÊCHEUX 1983b p.52) e os pré-construídos. Acerca dos implícitos, Pêcheux explica que:

haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma “regularização” (termo introduzido por P. Achard) se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (que podem ao meu ver conduzir à questão da construção dos estereótipos) (PÊCHEUX 1983b p. 52).

Essa regularização discursiva, conforme Pêcheux, sempre citando P. Achard, que procura formar a “lei da série do legível” é suscetível de fracasso por conta do acontecimento discursivo, o novo do discurso que sempre tende a “perturbar a memória”. (PÊCHEUX, 1983b, p. 52). Como sugere o próprio autor:

A memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e reproduzir respectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento (PÊCHEUX, 1983b, p. 52).

Assim, de acordo com o autor, o conhecimento é absorvido pela memória como uma repetição e funda mutações e variações, principalmente com a frase escrita. A materialidade da palavra faz insurgir o jogo da metáfora, que viria a ser outra possibilidade discursiva. A metáfora marca um efeito de opacidade que marca, também, o momento em que os implícitos não são mais reconstrutíveis. Havendo, assim, sempre um jogo de força entre a memória e o acontecimento. Esse “jogo de força”, de que trata Pêcheux, é o que mantém a regularização dos implícitos na memória, ao mesmo tempo em que, “desregula” e perturba essa rede de implícitos.

Tratamos, nesse ponto, da memória e do acontecimento como elementos que possibilitam a identificação dos efeitos de sentido. Mostramos também como, tanto um quanto o outro, são importantes em trabalhos de Análise de Discurso. A memória como aquilo já está lá e que “fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2007, p.31); e o acontecimento como o novo o que “insurge” para “perturbar” a regularização dos “implícitos” da memória.

Fonseca-Silva (2007) opera deslocamentos dos conceitos de *lugar de memória*¹⁷, *domínio de memória*¹⁸ e *memória discursiva*¹⁹ para que possamos pensar “as mídias como lugares de memória discursiva” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 24), já que, de acordo com a autora, essas funcionam como materialidade significativa. No próximo tópico desta seção, a

¹⁷ Ver Halbwachs, 1925, 1950; Nora, 1984.

¹⁸ Ver Foucault, 1969.

¹⁹ Ver Courtine, 1981.

partir dos pressupostos aqui abordados, inclusive no que diz respeito ao conceito de lugar de memória discursiva, conforme proposto por Fonseca-Silva (2007), faremos análises das reportagens de Veja, pois consideramos o referido periódico como sendo um instrumento midiático que funciona como lugar de espetacularização da política.

3.3 FAMÍLIA SARNEY: DISCURSIVIZAÇÃO EM VEJA EM TORNO DO “PATRIARCALISMO” MARANHENSE

Os membros da família Sarney atuam há décadas na política do estado do Maranhão. O patriarca da família, José Sarney, já foi presidente do Brasil, seus filhos seguem a mesma carreira do pai, bem como, seu sobrinho. Dos “herdeiros” de Sarney, a que mais se destaca no âmbito político é sua filha Roseana Sarney. As formulações que serão analisadas nesta seção abrangem o período de 2000 a 2010. No período de 2001 a 2002, Roseana Sarney foi cogitada pela coligação de seu partido para ser candidata à presidência. Nesse período, a relação da governadora do Maranhão com sua família e sua descendência política foi bastante explorada na/pela mídia. Nessa perspectiva, analisamos aqui como foi discursivizado o que é chamado de “oligarquia Sarney”.

Nos três primeiros excertos, mostramos como é categorizada a família Sarney e o que se diz sobre seu modo de governar e de comandar um grande “império” de comunicação no estado do Maranhão. Ao analisarmos esses excertos, verificamos, principalmente, como a família Sarney é adjetivada.

16. Ela (Roseana) tinha tudo para não emplacar no time das estrelas nacionais. É filha de uma oligarquia que há mais de três décadas manda num dos Estados mais atrasados e pobres do Brasil. Seu paideixou o Palácio do Planalto com uma inflação escandalosa e índices de popularidade de dar dó (Vejaed. 1726 14 de novembro de 2001, grifos nossos).
17. Filha de uma oligarquia que domina o Maranhão há quatro décadas, Roseana gosta de distanciar-se dessa biografia (Vejaed. 1740 27 de fevereiro de 2002, grifos nossos).
18. A tentativa da governadora de isolar-se dessa herança é inútil. Se o longo domínio dos Sarney tivesse feito do Maranhão uma vitrine nacional, alguém acredita que Roseana não estaria agora capitalizando as conquistas (Vejaed. 1740 27 de fevereiro de 2002, grifos nossos)?

No excerto dezesseis, a expressão referencial indefinida “uma oligarquia mostra” quem são os pais de Roseana. Isso ocorre por causa da explicativa “que há mais de três décadas manda

num dos estados mais atrasados do Brasil”, a qual tem o valor semântico de um pré-construído que retoma, como se essa fosse uma verdade posta e inquestionável, uma definição para a oligarquia dos Sarney. Além disso, o efeito de sentido desse excerto também se relaciona com certa memória ligada à expressão “oligarquia”. A palavra oligarquia faz referência a governo de poucas pessoas. Ocorre quando um grupo, pequeno, de uma mesma família, um grupo econômico ou um partido político governa um país, um estado ou município.

A palavra “oligarquia” vem do grego e quer dizer, literalmente, “governo de poucos”.²⁰ Ainda no excerto dezesseis, vemos materializada certa memória acerca do Maranhão, o qual é categorizado como “um dos Estados mais atrasados do Brasil”. Nesse caso, a expressão “atrasado” também produz um efeito da memória sobre o acontecimento. Ao caracterizar o estado do Maranhão como “atrasado”, ao invés de categorizá-lo, por exemplo, como “pobre”, entra em funcionamento toda uma memória acerca da palavra “atrasado”. Esse termo remete a algo que não avançou, pois deveria estar em certo lugar, mas ainda não conseguiu chegar. Quando esse termo é posto em relação de comparação com outro, como ocorre no caso de “um dos Estados dos mais atrasados e pobres do Brasil”, o lugar ao qual não se conseguiu chegar passa a ser justamente àquele alcançado pelo outro termo da comparação, isto é, os demais Estados brasileiros, ou, nesse caso, os Estados do Brasil que não são governados pela oligarquia Sarney. O feito de fracasso, que se liga ao termo “atrasado”, é intensificado, porque o enunciador afirma que a referida oligarquia “manda” no Estado do Maranhão “há mais de três décadas”. Nesse caso, a explicitação do tempo, mostra que o atraso se estende por um longo período, além de remeter a uma memória segundo a qual um governante precisa mostrar que houve avanços em seu governo e essas mudanças não podem demorar. Isso porque, na esfera política, o fator tempo é determinante para mostrar a eficácia ou o fracasso de um governante.

Ainda nesse excerto, o estado é categorizado, também, como “pobre”, no entanto esse adjetivo passa a ser segunda opção de categorização. Por fim, no último período do excerto, o enunciador retoma, mais uma vez, a memória da relação familiar por meio da expressão “seu pai” e a expressão referencial indefinida “uma inflação escandalosa” também produz um efeito negativo, uma vez que o qualificador “escandalosa” enfatiza o efeito de sentido negativo já atribuído ao termo “inflação”. O termo “inflação” é trazido à tona quando se quer desqualificar um governante, político ou mesmo um candidato, pois permitir que haja inflação no país é sempre algo negativo para um político²¹.

²⁰ Trazemos a definição completa da palavra “oligarquia” no tópico 2.1 dessa mesma seção.

²¹ Nas eleições presidenciais de 2014, a atual presidente e na época, também, candidata à reeleição, foi severamente criticada por seus opositores por ter permitido a volta da inflação ao país. Na campanha do segundo turno, o

No excerto dezessete, novamente a expressão “oligarquia” é trazida como forma de nomeação direta à Roseana Sarney. A governadora é nomeada como “filha de uma oligarquia”, trazendo à tona a ideia de que José Sarney, seu pai, é o “patriarca” da oligarquia que é mantida no estado do Maranhão. Como vimos descrito em Bobbio²², oligarquia não é vista como um governo que seja bom para todos que compõem uma dita sociedade, muito pelo contrário, é um governo para poucos, sendo um mau governo de poucos. Quando aparece na formulação dezessete “Roseana gosta de distanciar-se dessa biografia”, verificamos que Roseana não gosta de ser associada a essa imagem de seu pai e de sua família que é vista e tida como uma oligarquia moderna do Maranhão. Esse “não gostar” está relacionado justamente à memória do termo oligarquia. A política que se faz no Brasil, e em qualquer país no qual a democracia está presente como regime político, é baseada no ideal de um governo que abranja a todos os que fazem parte da sociedade democrática. Dessa forma, quando o regime político do Maranhão é associado a uma oligarquia, regime que difere quase que totalmente do regime político do Brasil, isso causa certa “repúdio” nas pessoas, o que faz com que Roseana, como alguém que almeja chegar a líder da nação, queira se afastar dessa rotulação de governo oligarca.

No excerto dezoito, assim como no excerto dezessete, há a materialização de um discurso segundo o qual Roseana não gosta de ter sua imagem atrelada a certa imagem de sua família. No excerto dezessete, vemos a expressão “distanciar-se dessa biografia”, já no excerto dezoito, a expressão “a tentativa de isolar-se dessa herança é inútil” além de mostrar que há uma tentativa de se livrar da memória ligada à família, indica que tal tentativa é “inútil”, o que remete à força da memória que, em certo sentido, modifica o novo, o acontecimento. Contudo, há uma diferenciação entre os dois excertos: na formulação dezoito, o termo que aparece é a “herança”, e, na dezessete, lemos “biografia”. O termo biografia remete à história de alguma coisa ou de alguém, nesse caso, trata-se da história da família Sarney, da qual, em princípio, Roseana poderia se livrar; já a palavra “herança” remete a algo que é herdado e, portanto, algo que acompanhará Roseana Sarney ao longo da vida, assim como ocorre com seu sobrenome, o qual já marca essa herança, essa presença inegável.

Nos excertos seguintes, verificamos como a família Sarney e seu suposto legado são discursivizados na mídia. A esse respeito, vejamos os excertos dezenove, vinte e vinte e um:

candidato Aécio Neves, usou de uma frase dita pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland, que sugeriu ao povo comer ovo e frango, ao invés de comer carne, para fugir dos altos preços, para atacar a campanha da candidata opositora. Essa declaração repercutiu negativamente na campanha de Dilma Rousseff, que foi acusada várias vezes por seus adversários de ter deixado que a inflação voltasse ao Brasil.

²² Ver nota número 2.

19. Uma das explicações para tanto poder está no formidável império de comunicação dos Sarney. Num fenômeno típico do Norte e Nordeste, em que as oligarquias políticas detêm o controle dos meios de comunicação, os Sarney são donos de quatro emissoras de televisão que transmitem a programação da Rede Globo para todo o estado, controlam o jornal diário de maior circulação, *O Estado do Maranhão*, e possuem ainda catorze emissoras de rádio, na capital e o interior (Vejaed. 1726 14 de novembro de 2001, grifos nossos).
20. Oligarquia mais duradoura e de mais sucesso na política brasileira, mais até que a de Antonio Carlos Magalhães na Bahia, a família Sarney domina a política maranhense há 35 anos (Vejaed. 1726 14 de novembro de 2001, grifos nossos).
21. Os Sarney são donos do principal jornal, da principal rádio e da principal emissora de televisão – veículos que, naturalmente, não costumam amplificar críticas à administração de Roseana e estão agora a serviço da propaganda da representante jovem da oligarquia (Vejaed. 1740 27 de fevereiro de 2002, grifos nossos).

No excerto dezenove, destacamos o trecho em que o patrimônio da família de Roseana Sarney é tratado como “império de comunicação”.²³ Essa expressão referencial funciona na relação com outras formulações linguísticas do excerto, como, por exemplo, a formulação “as oligarquias políticas detêm o controle dos meios de comunicação”. Nesse caso, a expressão “as oligarquias políticas” encontra-se em relação de paráfrase com “império de comunicações”, o que produz um efeito de sentido segundo o qual uma das formas de as oligarquias políticas, que, ainda segundo o excerto, são um fenômeno típico do Norte e Nordeste, se fortalecerem é pela constituição dos “impérios de comunicação”.²⁴ É por isso que, na continuidade da formulação acima transcrita, lemos que essas oligarquias políticas “detêm o controle dos meios de comunicação”. Em outras palavras, no excerto dezenove, há o estabelecimento de uma relação de sentido entre as oligarquias políticas e o império de comunicação. Em relação a essas duas expressões referenciais definidas, verificamos ainda que as palavras “políticas” e “comunicação” qualificam e/ou delimitam o efeito de sentido das palavras “oligarquias” e

²³ Ainda em relação à memória acerca da palavra “império”, vale salientar que atualmente, há uma novela da rede Globo de televisão, cujo título é justamente “Império”. O folhetim conta a história de um nordestino que vai para o estado do Rio de Janeiro, migrando do estado de Pernambuco, da cidade de Recife. Na novela, o protagonista vai para o Rio de Janeiro em busca de uma vida melhor. Na sua tentativa de mudar de vida, ele acaba descobrindo, no tráfico de pedras preciosas, uma maneira de vencer na vida. A partir disso, ele constrói um “império” no mundo de confecções de jóias feitas com pedras preciosas.

²⁴ Acerca da relação que se estabelece, na mídia em geral, entre oligarquias políticas e os Estados do Norte e do Nordeste, remetemos aos episódios recentes, ocorridos após os resultados oficiais das eleições presidenciais de 2014. Nas redes sociais, mas também na mídia impressa e televisiva, muito se disse acerca do fato de Dilma Rousseff ter vencido as eleições principalmente nos estados do Norte e do Nordeste. Houve a retomada de uma memória acerca do chamado “voto de cabresto” e da noção de “curral eleitoral”, a qual foi reatualizada por meio de acontecimentos recentes, como aqueles vinculados aos Programas Sociais viabilizados pelos governos do PT, como é o caso, por exemplo, do Bolsa Família, entre outros.

“império”, respectivamente. A esse respeito, Courtine (1989 *apud*. MAINGUENEAU, 1997) afirma que quando determinada palavra funciona como um qualificador de outro termo é porque existem “zonas onde as contradições aparecem, onde as palavras são disputadas e as posições devem poder se apoderar dessas palavras para interpretá-las a seu favor” (COURTINE, 1989, p. 48 *apud*. MAINGUENEAU, 1997, p. 144). Nesse sentido, dizer “oligarquias políticas” é fazer funcionar uma memória segundo a qual existem outros tipos de oligarquia; do mesmo modo, dizer “império de comunicação” é supor a existência de outras formas de império. Assim, o enunciador do excerto retoma os dois primeiros termos das referidas expressões referencias (“oligarquias” e “império”) e os reconfigura por meio de seus respectivos qualificadores (“políticas” e “de comunicação”). Vale salientar, ainda em relação ao termo “oligarquia”, que, como se faz menção a um “fenômeno típico do Norte e Nordeste”, o referido termo define não só a família Sarney, mas se estende também para outras famílias do nordeste, que têm um funcionamento semelhante ao da família Sarney, como ocorre, por exemplo, em relação à família Magalhães²⁵, na Bahia. Ainda no excerto dezenove, aparecem as palavras “controlam” e “possuem”: a primeira aparece na formulação indicando que a família Sarney “controla” o jornal local de maior circulação no estado. Isso mostra que a referida família é quem define o que será publicado nos jornais.

No excerto vinte, mais uma vez a palavra “oligarquia” aparece nomeando a família Sarney, no entanto, nessa formulação a palavra aparece definindo não só “os Sarney”, mas, também, a família de políticos baianos “os Magalhães”. A reportagem faz uma comparação entre as duas famílias, mostrando que ambas “dominam” seus respectivos estados como se fossem governos oligarcas. Nesse sentido, temos uma relação entre memória e acontecimento nessa formulação: a memória se materializa no momento em que é trazido à tona a comparação entre as duas famílias, ambas as famílias de estados da região Nordeste, que têm como característica principal o domínio que exercem nos meios de comunicação e na política local. No entanto, há um fato novo nessa comparação, pois, ainda segundo a reportagem, a família Sarney é uma oligarquia “mais duradoura e de mais sucesso na política brasileira”.

No excerto de número vinte e um, mais uma vez, como vimos em formulações anteriores, os membros da família de Roseana vêm nomeados apenas como “os Sarney”. Essa

²⁵ A família Magalhães, no estado da Bahia, assim como a família Sarney, no Maranhão, é dona de um “império de comunicação” no estado. É a família de políticos mais famosa da Bahia, e isso se deve tanto ao tempo que estão no poder, quanto à forma de governar. Antônio Carlos Magalhães, mais conhecido como ACM, foi governador do estado da Bahia ainda na época da Ditadura Militar, e foi também prefeito da capital, Salvador, também no período da ditadura. Depois de seu falecimento, seu neto, Antônio Carlos Magalhães Neto, tomou a frente da coligação partidária do avô no estado baiano. O modo de governar da família ganhou até nomenclatura: “carlismo”, por conta do nome de seu patriarca.

nomeação dá a ideia de pluralidade genérica familiar. Como se o pai, José Sarney, os filhos, sobrinhos e netos fossem, basicamente, uma mesma pessoa, com os mesmos ideais, os mesmos pensamentos, etc. Maingueneau (2004) traz uma definição para essa nomeação que torna o plural singular e traz esse caráter genérico à nomeação. De acordo com o autor:

O definido genérico singular não leva em consideração o conjunto dos elementos pertencentes a uma classe, mas visa diretamente ao objeto típico de classe (o homem por excelência, a mulher típica). Seu valor genérico é, portanto, mais forte. Da mesma forma, o valor genérico do definido singular difere bastante do valor do determinante indefinido, que somente designa uma classe enumerando seus elementos (MAINGUENEAU, 2004 p. 192).

Assim, o efeito da nomeação “os Sarney” é, como dito, o de que eles são “um só”, pois a singularidade do artigo definido “os” faz com que todos sejam englobados em uma mesma categoria. Ainda na referida formulação, vemos, assim como em outros trechos que já mostramos, tanto aqui quanto na primeira seção, o encontro entre o que Pêcheux (1983) chama de estrutura (memória) e o que ele chama de acontecimento (o novo). Isso ocorre, nesse excerto, no trecho em que aparece a expressão “representante jovem da oligarquia”, pois, nesse caso, há uma memória que atravessa esse discurso quando retoma um termo que já não é mais usado na política atual “oligarquia” e, ao mesmo tempo, a palavra “jovem” traz a ideia do novo à formulação. De acordo com Pêcheux (1983a), é no encontro da memória com o novo que se dá o discurso que, ainda de acordo com o autor, é o efeito de sentido entre interlocutores.

Nos excertos seguintes, analisamos os termos paradoxais que aparecem nas formulações para designarem a família de Roseana. A esse respeito, vejamos os excertos vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro:

22. Os Sarney, no entanto, são o que se poderia chamar de uma oligarquia moderna. José Sarney não construiu um clã nos moldes antigos, baseado essencialmente no poder agrário. Em vez disso, ergueu um império de comunicação, embora lide com ele no melhor estilo do coronelismo eletrônico (Vejaed. 1740 27 de fevereiro de 2002, grifos nossos).
23. Habitado a isso, a esse modo de ser, de pensar e de agir, o casal Roseana e Murad julgou que poderia trabalhar no plano nacional nos mesmos moldes em que trabalha no Estado. Filhos de oligarquia política e eletrônica, eles contaram com esse imenso poder familiar para crescer – e justamente os hábitos de oligarquia, que lidam com a opinião pública como curral, é o que acabou por derrotá-los (Vejaed. 1747 17 de abril de 2002, grifos nossos).
24. Quando Roseana resolveu candidatar-se a presidente da República, faltou-lhe a percepção de que o comportamento que era assimilado em

sua capitania hereditária não seria aceitável no resto do Brasil(Vejaed. 1747 17 de abril 2002, grifos nossos).

No excerto vinte e dois, há, como já foi visto na formulação de número dezenove, um funcionamento de qualificadores em relação à nomeação que é dada à família Sarney como “oligarquia moderna”. O efeito da palavra “oligarquia” nos excertos que estamos analisando nesta seção é, como dito anteriormente, de algo negativo, ultrapassado, que remete ao lugar de um suposto atraso político, afinal o Brasil vive uma democracia e a palavra oligarquia, da forma como é retomada nos excertos, faz funcionar certa memória, segundo a qual há uma oposição entre as oligarquias e os preceitos democráticos. No que diz respeito à expressão “oligarquia moderna”, vemos a presença de um oxímoro (ou paradoxo). Trata-se, para gramática normativa, de uma figura de linguagem que consiste em relacionar numa mesma expressão palavras que remetem a sentidos contrários. O oxímoro é uma figura da retórica clássica, e a depender do contexto no qual é aplicado, pode ser considerado um vício de linguagem, isso porque o sentido literal de um oxímoro é absurdo (já que pressupõe a união de ideias contraditórias), o que força o leitor a procurar um sentido metafórico. Entretanto, para a Análise de Discurso, não existe sentido literal, pois, como afirma Pêcheux:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (PÊCHEUX, 1975, p. 160).

Ainda em relação à questão do sentido (ou do efeito de sentido) de uma palavra ou de uma expressão, o autor supracitado afirma, em nota, que “a noção de ‘sentido próprio’, que caminha par-a-par com a noção de sentido ‘figurado’, derivado, secundário, etc., perde aqui toda significação” (PÊCHEUX, 1975, p. 182). De acordo com essa perspectiva, o oxímoro não existe em si, ele só existe na relação com a memória, a qual faz emergir certos efeitos de sentido e não outros. Nesse caso, só podemos supor uma oposição de sentidos entre os termos “oligarquia” e “moderna”, porque, como vimos mostrando ao longo desta seção, existe uma memória relacionada ao termo “oligarquia”, memória essa que vincula esse termo a outros, como, por exemplo, “atraso”. Nesse caso, há uma oposição de sentidos entre “atraso” e “modernidade” e, por isso, há, aqui, o estabelecimento de um oxímoro, isto é, de um paradoxo. Mas, a interpretação, ainda segundo Pêcheux, não é “fechada”, já que “todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-

sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, 1983b, p. 53). Dessa forma, a expressão “oligarquia moderna” produz outro efeito, para o qual não há nenhuma contradição entre as duas palavras que formam a referida expressão. Trata-se do efeito segundo o qual “oligarquia” remete a uma espécie de forma de governo “paralela”, que ocorre, concomitantemente à democracia, principalmente, segundo o discurso materializado na/pelas reportagens analisadas, no Norte e no Nordeste do Brasil. Nessa interpretação, “moderna” encontra-se em relação de paráfrase com “atual” ou “da atualidade”. Dessa forma, “oligarquia moderna” assume outro efeito, o qual, assim como o anteriormente descrito (aquele em que se materializa a relação paradoxal), incide sobre o acontecimento da reportagem, isto é, sobre o texto que “surge como acontecimento a ler”, restabelecendo os “‘implícitos’ de que sua leitura necessita” (PÊCHEUX, 1983b, p. 52).

Nessa mesma perspectiva, “coronelismo eletrônico” também produz uma aparente contradição: o termo “coronelismo” remetendo ao passado, época em que os coronéis mandavam em quase tudo; e “eletrônico”, termo muito atual, que remete, portanto, à modernidade. Contudo, assim como no caso de “oligarquia moderna”, essa aparente contradição é reconfigurada na/pela interpretação construída na reportagem de Veja. Vale salientar, contudo, que essa “nova” interpretação não ocorre devido a fatores meramente contextuais, pois para a Análise de Discurso:

O que confere ou garante o sentido ao que um enunciador diz não é o contexto imediato em que está situado e ao qual se ligariam certos elementos da língua (embreadores) ou certas características do enunciado (implícitos), mas posições ideológicas a que está submetido e as relações entre o que diz e o que já foi dito da mesma posição /.../ (POSSENTI, 2004, p. 368).

Dessa forma, se há uma interpretação instaurada a partir da leitura do acontecimento que é a reportagem de Veja, tal interpretação só é possível porque se vincula a um percurso interpretativo, a uma rede de memória.

No excerto vinte e três há, novamente, em relação à expressão “oligarquia política e eletrônica”, a materialização de uma aparente contradição dos termos. Aqui, a suposta oposição ocorre em relação às palavras “oligarquia” e “eletrônica”. Nesse caso, contudo, além do jogo entre estrutura e acontecimento, entre memória e atualidade, vemos a presença da palavra “política”, que funciona como uma espécie de “ponte”, permitindo o estabelecimento de uma relação de sentido que une os outros dois termos da expressão. O efeito criado por essa “determinação léxico-sintática” (PÊCHEUX, 1983b, p. 53) é o de que há uma relação, já estabelecida na memória coletiva, entre oligarquia e política, bem como entre política e

eletrônica (essa última remete às relações entre política e algumas mídias, tais como a televisiva e, mais recentemente, a eletrônica), e que, devido a essa memória é possível estabelecer possíveis efeitos de sentido para a expressão “oligarquia política e eletrônica”.

Ainda no excerto vinte e três, vemos a seguinte formulação: “o casal Roseana e Murad julgou que poderia trabalhar no plano nacional nos mesmos moldes em que trabalha no Estado”, a qual está em relação de paráfrase com uma formulação do excerto nove, que diz: “o comportamento que era assimilado em sua capitania hereditária não seria aceitável no Brasil”. Nessas formulações, vemos materializado um discurso segundo o qual há uma diferença, uma separação entre o estado do Maranhão e o restante do Brasil. Contudo, o Maranhão funciona aqui como uma sinédoque podendo ser prolongada para uma metonímia para todo o norte e nordeste, como podemos verificar analisando outras formulações linguísticas, que fazem parte de outros excertos desta seção. Vejamos, então, as referidas formulações e o jogo parafrástico que se estabelece entre elas:

Num fenômeno típico do Norte e Nordeste, em que as oligarquias políticas detêm o controle dos meios de comunicação (Cf. excerto 19).

Oligarquia mais duradoura e de mais sucesso na política brasileira, mais até que a de Antonio Carlos Magalhães na Bahia (Cf. excerto 20).

Aqui, verificamos que o Maranhão é apresentado como tendo uma prática política que funciona como um fenômeno típico do norte e nordeste (excerto 19), e também é comparado a um outro estado do nordeste, a Bahia, que tem como família representante da oligarquia os herdeiros de Antônio Carlos Magalhães (excerto 20). Constatamos, assim, que, quando se faz uma distinção entre o Maranhão e os demais estados do Brasil, essa separação não incide apenas sobre o referido estado, mas sobre todos os estados do Norte e do Nordeste. Tal separação/distinção mostra que, para o enunciador desse discurso, a prática política “atrasada”, “oligárquica”, que remete ao que ocorria nas “capitanias hereditárias”, pertence a esses Estados “pobres e atrasados” (Cf. excerto 16), dentre os quais, encontra-se o Maranhão; e não pode ser estendida ao restante do país²⁶.

²⁶ O sistema de capitanias hereditárias foi uma forma de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Esse sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar à administração de particulares, principalmente nobres, que mantinham relações com a Coroa Portuguesa. O referido sistema foi criado por D. João III com o objetivo facilitar a colonização do Brasil, evitando, assim, invasões estrangeiras. As capitanias eram chamadas de “hereditárias”, porque eram passadas de pai para filho.

Em síntese, nas formulações que compõem esse bloco de excertos, verificamos a presença de categorizações paradoxais, as quais nomeiam e explicam a forma de governo exercida pela família Sarney. Essas construções paradoxais materializam um discurso segundo o qual a forma de governo dos Sarney é, em si, paradoxal, contraditória, etc. Dessa forma, o enunciador *Veja*, por meio de uma relação entre memória e acontecimento, retoma/reconfigura uma imagem da família Sarney como sendo um grupo político que reafirma o discurso do atraso, o qual se materializa na imagem do Estado do Maranhão, enquanto “um dos estados mais atrasados e pobres do Brasil”, mas se estende também aos outros estados do Norte e do Nordeste. Contudo, tal imagem se opõe à imagem de Roseana Sarney, que é apresentada como um produto de consumo, construído aos moldes da modernidade, como vimos na primeira seção.

Na terceira e última seção desta dissertação, mostraremos quais estereótipos estão atravessando o Estado do Maranhão. Para tal, tomaremos como ponto de partida o conceito de estereótipo de Amossy e Pierrot (2010) e como as autoras descrevem o conceito. Ainda nessa seção, apresentaremos como o caso de corrupção do qual Roseana Sarney foi acusada repercutiu nos periódicos de *Veja*.

4 CORRUPÇÃO POLÍTICA NO MARANHÃO: ANÁLISE DE ESTEREÓTIPOS EM VEJA

O objetivo desta seção é mostrar como a corrupção em relação ao governo de Roseana Sarney no Maranhão aparece discursivizada nas formulações que tratam do “naufrágio” da sua quase candidatura à presidente do Brasil, em 2002. Além das formulações que tratam especificamente da corrupção, analisamos também as imagens cristalizadas (estereótipos) que surgem em relação ao Estado Maranhão e mostramos como tais imagens contribuem para construção de uma narrativa acerca do escândalo de corrupção da *Lunus*, empresa de Roseana Sarney e de seu marido, Jorge Murad, e, conseqüentemente, para derrocada do nome de Roseana Sarney como possível presidenciável.

Dessa forma, em um primeiro momento, apresentamos conceitos de corrupção desenvolvidos por Garcia (2011) e Filgueiras (2006), que tratam de como a corrupção instaurou-se no Brasil e desde quando ela tem sido um mal, principalmente na política brasileira. Em seguida, analisamos formulações que tratam do escândalo de corrupção da *Lunus* e de como tal escândalo atingiu a pré-candidatura de Roseana Sarney. Em um terceiro momento, tratamos da noção de estereótipo e, para tanto, utilizamos os conceitos de Amossy e Pierrot (2005), que tratam do referido conceito aproximando-o das noções de pré-construído e de memória. Por fim, com base nesse referencial teórico, analisamos as formulações de Veja que tratam dos baixos índices de desenvolvimento que assolam o Maranhão e de como essa imagem negativa acerca do Maranhão contribuiu para derrocada da pré-candidatura de Roseana Sarney à presidência do Brasil.

4.1 A CORRUPÇÃO NO BRASIL

De acordo com Garcia (2011), corrupção é a infração de uma obrigação jurídica, acarretando uma tomada de vantagem indevida. Essa tomada indevida, para ser considerada corrupção, será cometida por um indivíduo com uma função em esfera pública ou privada. Ainda segundo o referido autor, essa vantagem indevida:

Não é amparada pela ordem jurídica, aqui concebida em sentido lato, abrangendo tanto as normas impostas pelo Estado, como os contratos que regem as relações entre agentes privados” (GARCIA, 2011, p. 1).

O autor afirma que a corrupção é um fenômeno social tão antigo quanto a vida humana, sendo praticada, aqui no Brasil, desde a colonização, no século XVI. Desde essa época, circulam discursos segundo os quais coisa pública é “coisa de ninguém” e que o direito de usufruir está na mão de quem ascende ao poder. Para o referido autor, o ser humano, apesar de ter sua individualidade, sofre mudanças de acordo com o meio em que vive. Desse modo, quando a vantagem indevida é vista como uma prática comum, isso reflete diretamente no modo de governar e de ser governado.

Daí conclui-se que um povo que preza a honestidade provavelmente terá governantes honestos, enquanto um povo que, em seu cotidiano, tolera a desonestidade e, não raras vezes, a enaltece, por certo terá governantes com pensamento similar (GARCIA, 2011, p. 1).

O que acontece, ainda de acordo com Garcia (2011), é que a corrupção começa “dos grandes” e “os menores” se submetem a ela.

Como a corrupção “*ama as alturas*”, não é incomum que os servidores mais modestos sofram uma influência daninha dos superiores hierárquicos, resultando na proliferação desse fenômeno degenerativo de cima para baixo (GARCIA, 2011, p. 5).

Garcia não é o único que compartilha da ideia de que a corrupção no Brasil é coisa antiga, conforme Filgueiras (2006), o ato da corrupção serviu várias vezes com instrumento de retórica para serem efetuadas, no Brasil, mudanças por grupos políticos, bem como foi feito no golpe de 1964.

Nesse sentido, para o referido autor, as muitas práticas corruptivas de hoje podem ser “herança” de uma corrupção que já vem de um passado, e é apenas renovada com o passar dos anos. Conforme Garcia (2011), o que instiga ainda mais essa corrupção é a deficiência material e humana nos órgãos administrativos, e a falta de eficiência desses órgãos, pois, se não houvesse essas duas coisas, poderíamos ter uma “boa administração”. Sobre a ineficiência dos órgãos competentes, o autor salienta que:

Considerando que a ineficiência é a tônica, tem-se uma "dificuldade" a ser superada, daí resultando uma ampla margem de ação para o corrupto que deseja vender "facilidades". Surge, com isso, uma equação quase infalível: "órgão ineficiente" + "relevância dos interesses envolvidos" = "corrupção" (GARCIA, 2011, p. 09).

A punição para a corrupção, ainda segundo o autor, também é problema dos órgãos públicos. Problema esse que vai desde o Ministério Público, avançando pelos Tribunais de Contas e culminando com o Poder Judiciário, sem deixar de lado os mecanismos de controle interno, destinados a cada estrutura de poder, pois todos apresentam deficiências orgânicas.

Voltando ao texto de Filgueiras (2006), o autor afirma que, apesar das evidências acerca do assunto, com as quais é possível realizar estudos sobre o tema, ainda hoje corrupção é um tema árido e complexo. De acordo com ele, é difícil mensurar o que de fato um país perde com a corrupção, pois, comumente, os escândalos que vêm à tona são os que fracassam, os que não são bem sucedidos em suas transações ilícitas. Dessa forma, nem com todo o aparato documentário que se possa ter sobre o tema seria possível ter uma dimensão total do prejuízo que os atos corruptivos causam nos cofres públicos.

No entanto, o autor assegura que, mesmo em meio a essas dificuldades de estudo sobre o assunto, alguns autores o teorizam bem. Filgueiras traz, em seu texto, como exemplo desses estudos, o que Speck²⁷ diz sobre o assunto. Speck divide seu estudo em três gerações de trabalho: a primeira buscava formar paradigmas de análise que visava uma preocupação estritamente teórica; a segunda está centrada em compreender os riscos econômicos por meio de comparações, tentando, assim, identificar riscos de investimentos; a terceira busca compreender mecanismos de combate à corrupção e visa a reforma da administração pública.

Há ainda, conforme Filgueiras, uma literatura de viés neoliberal “que defende que a corrupção está associada a uma excessiva burocracia e a grandes dispêndios de gastos sociais, tornando o Estado grande demais para ser gerenciado” (FILGUEIRAS, 2006, p. 2). O excesso de burocracia também é um dos fatores tidos como predominantes para a corrupção, segundo Rose-Ackerman²⁸, outra autora citada por Filgueiras. Nas palavras do próprio autor:

O excesso de burocracia, como afirma a autora, induz os atores a praticarem o suborno para reduzir os trâmites de documentos, ensejando um processo que motiva o crescimento da burocracia – para os burocratas ganharem mais propina – e torna a corrupção um fenômeno endêmico (FILGUEIRAS, 2006, p. 3).

Ainda segundo Filgueiras, em relação ao campo econômico, a corrupção tem sido uma preocupação constante dos economistas. Tal preocupação deve-se a instabilidade institucional, gerada pelos atos corruptivos, e isso implica em custos de transação ascendentes,

²⁷ SPECK, Bruno, Mensurando a Corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas. In: **Cadernos Adenauer**, nº10. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

²⁸ ROSE-ACKERMAN, Susan. **Corruption and Governments**, Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

desestimulando investidoras e causando uma visão externa negativa em relação ao Brasil. Desse modo, a corrupção causa impactos econômicos que atingem diretamente ao cidadão.

Garcia (2011) apresenta alguns motivos que poderiam levar a corrupção a se expandir de maneira quase que “descontrolada”. Segundo ele, tal expansão deve-se, na realidade brasileira, ao excessivo quantitativo de cargos administrativos, cargos esses conquistados sem a realização de concursos públicos, por exemplo, e que são concedidos, muitas vezes, sem nenhuma antecedência profissional. Esse fenômeno é comum, no Brasil, desde sua descoberta. Trata-se de cargos que normalmente são conferidos a pessoas que são apadrinhadas pelos políticos, essas pessoas nem sempre estão envolvidas com o serviço público e nem têm esta pretensão.

Na função executiva da política, não é incomum que as decisões sejam tomadas à margem do interesse público, apenas em favor do benefício social, que pode estar “associado, ou não, à obtenção de vantagem indevida junto a terceiros.” (GARCIA, 2011 p. 07). O poder da corrupção tende a ser maior, ou menor, a depender do poder exercido pelo indivíduo que atua como corrupto. Ainda conforme o autor, a proximidade no tratamento das ilicitudes também é um dos fatores que levam algumas pessoas a cometerem atos ilícitos:

Escândalos de corrupção envolvendo policiais e fiscais de tributos, especialmente aqueles vinculados aos estados-membros, são frequentes, o que certamente decorre da baixa remuneração oferecida e do fato de estarem na linha de frente no combate à ilicitude, o que lhes oferece uma ampla possibilidade de se envolverem em práticas corruptas (GARCIA, 2011, p. 8).

Dessa forma, o autor ressalva que a proximidade com o combate a esse tipo de atividade torna o sujeito mais vulnerável para cometer tais crimes.

Ainda no que se refere à corrupção no setor público, Garcia (2011) mostra que, no âmbito legislativo, os atos de corrupção ocorrem, principalmente, na forma como as leis são formuladas, ou como são reformuladas. Segundo o autor:

Situação igualmente lamentável reside, não na obtenção de vantagens indevidas a partir da produção normativa, mas no delinear as leis punitivas de modo a inviabilizar a apuração e a punição dos atos de corrupção anteriormente praticados (GARCIA, 2011, p.9).

Assim, no poder legislativo não é bem o ato corrupto que predomina, mas sim a forma como as leis contra esse tipo de crime são (re)elaboradas e aplicadas contra os acusados. Há sempre uma brecha na descrição das leis que faz com que, na maioria das vezes, o corrupto saia

impune das acusações que recaem sobre ele, com a desculpa de reelaboração legislativa, conforme defende Garcia (2011).

Apesar de todos os problemas que o Brasil ainda vem apresentando, quando o assunto é corrupção, é inegável o avanço que a situação democrática brasileira trouxe com referência ao problema. Situações como a do ex-presidente Fernando Collor de Mello²⁹, que foi cassado em um processo de *impeachment*; e casos como dos acusados do “Caso do Mensalão”³⁰, que foram condenados pelos atos corruptivos que cometeram, mostram que o Brasil vem avançando combate à corrupção.

4. 2. ROSEANA SARNEY E OS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO: ANÁLISE EM *VEJA*

Neste ponto da seção, analisamos excertos de reportagens que tratam da derrocada da pré-candidatura de Roseana Sarney, em 2002. Roseana Sarney deixou de ser cogitada como futura candidata à presidência da república depois que a empresa da qual era sócia, junto com seu marido, Jorge Murad, foi denunciada por corrupção.

Nos excertos abaixo, mostramos como o escândalo de corrupção envolvendo Roseana Sarney e seu Marido Jorge Murad foi discursivizado em *Veja*.

Analisemos o primeiro excerto:

25. Roseana convenceu o PFL a sair do governo. Agora, precisa convencer o eleitor de que nada tem a ver com as fraudes na Sudam (*Veja*, ed. 1745 3 de abril, 2002, grifos nossos).

O excerto vinte e cinco trata, em primeiro lugar, do envolvimento da empresa Lunus, cujos sócios majoritários eram Roseana Sarney e Jorge Murad, com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)³¹. De acordo com as denúncias do Ministério Público, a empresa de Roseana e de Murad tinha envolvimento com desvio de dinheiro para a Sudam.

²⁹ Sobre o caso Collor, ver os seguintes trabalhos desenvolvidos no GPADis até 2015: Viggiato (2012) e Oliveira (2013).

³⁰ Sobre o “Caso do Mensalão” há o trabalho desenvolvido no GPADis, intitulado “Memória, relações de poder e corrupção política no Brasil: o escândalo da Mensalão como acontecimento discursivo. 2013. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

³¹ A Sudam foi criada pelo governo do ex-presidente Castelo Branco, em 1966, para promover o desenvolvimento da região amazônica, atraindo investidores e investimentos para o estado. Logo após a sua criação, a Sudam passou a ser uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério de Integração Nacional. Nesse sentido, sua missão institucional é promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia, assegurando a erradicação da miséria e a redução das desigualdades regionais. A Sudam passou por vários “remanejamentos” administrativos ao longo dos anos. No governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso passou a ser a ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia) por questões políticas e para “driblar” algumas acusações de corrupção. Em 2007, o ex-presidente Lula “recriou” a

No excerto, vemos a repetição do verbo “convencer”. Em um primeiro momento, o excerto diz que “Roseana convenceu o PFL a sair do governo”. Nesse período, verificamos uma ambiguidade em relação ao sujeito da segunda oração, pois não fica claro quem deveria sair do governo: se o Partido da Frente Liberal (PFL) ou se Roseana Sarney. Tal ambiguidade é desfeita devido ao efeito da memória sobre o acontecimento, pois, conforme vimos nas seções anteriores, o PFL era um dos partidos que compunha a base governista durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) como presidente do Brasil, mas, de acordo com o trecho acima transcrito, Roseana Sarney “convenceu” o referido partido, do qual ela era membro, a sair da base aliada, constituir uma candidatura própria, separada do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – partido de FHC -, e lançar a candidatura de Roseana Sarney à presidência da República. Nesse caso, ainda de acordo com o que é apresentado no período sob análise, Roseana foi responsável por essa decisão do partido. Nesse caso, o discurso materializado no excerto mostra o poder de persuasão de Roseana Sarney, uma vez que ela é apontada como responsável por toda uma mudança na estratégia político-partidária do PFL. No segundo período do excerto, temos a seguinte formulação: “Agora, precisa convencer o eleitor de que nada tem a ver com as fraudes na Sudam”. Nesse período, o verbo convencer é colocado em relação de paralelismo com o mesmo verbo, que, como vimos, também aparece no primeiro período, o que produz o efeito de que Roseana terá, na tarefa de convencer o eleitor, um trabalho semelhante ao que teve quando precisou convencer o PFL a sair da base governista. Além disso, nos dois casos, o verbo “convencer” produz um efeito de sentido segundo o qual o fato que precisa de convencimento (seja ele a saída do PFL do governo ou a suposta inocência de Roseana) não é verdadeiro. Isso porque, mais uma vez devido à ação da memória sobre o acontecimento, há a materialização de um discurso segundo o qual só é preciso convencer alguém de algo que não é verdadeiro, já que a verdade, segundo uma concepção platônica, não precisa de comprovação ou de convencimento, uma vez que é, em si mesmo, convincente. Dessa forma, segundo o discurso materializado no excerto, houve fraudes na Sudam, pois o termo “as fraudes” cria um pressuposto de existência, e Roseana está ligada a essas fraudes, mesmo que, até aquele momento, nada tenha sido provado contra ela.

Nos próximos excertos, aparecem formulações que indicam que Roseana Sarney está ligada aos escândalos da Lunus.

Sudam, retomando seu antigo nome e a regulamentando com a Lei Complementar 124/07, extinguindo, assim, a ADA (Informações retiradas do site da Sudam: <http://www.sudam.gov.br/sudam> e também do site da Câmara do Deputados: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/111710.html>).

26. A governadora Roseana Sarney passou a semana dizendo o seguinte aos aliados do PFL: a Lunus, empresa de consultoria da qual ela é sócia junto com seu marido, Jorge Murad, nunca se envolveu em operações irregulares e jamais se meteu em negócios com dinheiro público (Veja ed. 1745 3 de abril, 2002, grifos nossos).

27. Quando Roseana resolveu candidatar-se a presidente da República, faltou-lhe a percepção de que o comportamento que era assimilado em sua capitania hereditária não seria aceitável no resto do Brasil. Na semana passada, sua candidatura se tornou insustentável (Veja ed. 1747 17 de abril, 2002, grifos nossos).

No excerto vinte e seis, a introdução do discurso direto mostra o que Roseana Sarney, supostamente, teria dito aos aliados do PFL em relação às acusações que envolviam ela e seu marido sobre desvios na empresa Lunus. O discurso direto ocorre quando o narrador apresenta de forma direta as falas da personagem, no caso, da ex-governadora. Sobre o discurso direto, Maingueneau (2004) afirma que este, ao ser introduzido em um texto, deve realizar duas exigências diante do leitor: i) indicar que houve um ato de fala; e ii) marcar a fronteira que o separa do discurso citado. Ainda segundo o autor, “a segunda exigência pode ser satisfeita de várias formas, sobretudo tipográficas” (MAINGUENEAU, 2004, p. 143). No caso da formulação analisada, a fala da personagem é iniciada após o uso dos dois pontos e ratificada pela expressão “dizendo o seguinte”. Contudo, outros indícios textuais mostram que não se trata da transcrição literal da fala de Roseana Sarney, pois: i) o enunciado não deixa claro em que ocasião Roseana teria afirmado que a “Lunus nunca se envolveu em operações irregulares e jamais se meteu em negócios com dinheiro público”, uma vez que a expressão “passou a semana dizendo” é bastante genérica e não indica de forma precisa o momento da suposta citação, o que, no caso da imprensa, produz um efeito de vagueza que afeta a veracidade da informação; e ii) a oração intercalada “empresa de consultoria da qual ela é sócia junto com seu marido” mostra que não se trata da “voz” de Roseana, pois se refere à ex-governadora por meio da terceira pessoa (ela / seu). Esses indícios mostram que não se trata do discurso direto propriamente dito, o que apaga um dos efeitos dessa estratégia textual (a estratégia de usar o discurso direto) que é o de eximir o locutor (nesse caso, a revista Veja) de qualquer responsabilidade em relação ao que é dito. Afinal, não é possível afirmar que Roseana Sarney tenha dito exatamente isso aos seus aliados do PFL. Contudo, mesmo não apresentando as palavras de Roseana Sarney, na íntegra, o trecho sob análise mostra-se ao leitor como uma possibilidade viável daquilo que teria sido dito pela, até então, pré-candidata do PFL à presidência da República. Portanto, o efeito criado por essa construção linguística é o de que o

desenrolar dos acontecimentos permitem à revista *Veja*, bem como aos eleitores em geral, supor, de forma bastante precisa, as conversas entre Roseana Sarney e os aliados do PFL, ao ponto de praticamente “ouvirem” o que foi dito pelos referidos personagens. Em outras palavras, é como se a revista *Veja* dissesse: foi exatamente isso que aconteceu, foi dessa forma e nesses termos que Roseana Sarney se dirigiu aos aliados do PFL. Há, ainda, outro efeito produzido pela formulação sob análise: o de que a Lunus se envolveu em operações irregulares e se meteu em negócios com dinheiro público. Afinal, de acordo com o que defende a Teoria Polifônica da Enunciação de Ducrot (Cf. DUCROT, 1987), toda negação pressupõe uma afirmação acerca do mesmo enunciado. Nesse caso, um possível efeito de sentido é o de que o agente (a empresa Lunus) funciona como uma sinédoque, cujo o prolongamento resultaria em uma metonímia de Roseana Sarney e Jorge Murad, o que indica que foram esses dois personagens que se envolveram em operações irregulares e se meteram em negócios com dinheiro público. Nesse sentido, *Veja*, mais uma vez, discursiviza acerca de um possível envolvimento de Roseana Sarney em um escândalo de corrupção e apresenta esse escândalo como causa do fim da pré-candidatura da ex-governadora à presidência da República.

No excerto vinte e sete, o estado do Maranhão aparece como um lugar onde tudo o que é feito pelos seus governantes é aceito pelos eleitores. A formulação “faltou-lhe a percepção de que o comportamento que era assimilado em sua capitania hereditária não seria aceitável no resto do Brasil” materializa uma imagem negativa do Estado Maranhão. De acordo com tal imagem, o Maranhão é praticamente um estado “sem lei”. Nesse caso, *Veja* traz à tona um discurso segundo o qual, no referido estado, os comportamentos dos políticos, principalmente dos que fazem parte da família Sarney, fossem aceitos com total aprovação pelo povo. Há, ainda na formulação, um funcionamento acerca de uma memória de comparação entre os eleitores maranhenses e os eleitores do restante do País; como se os eleitores maranhenses fossem mais tolerantes. Em seguida, é retomada a questão da capitania hereditária³², que traz a memória de um governo, no qual apenas os que comandavam, os quais, na maioria das vezes, eram da mesma família, obteriam privilégios e riquezas. Nesse caso, *Veja* mostra que, segundo o discurso materializado no referido periódico, o fato de a família Sarney dominar a política do estado desse direito a Roseana e a seu marido de fazer qualquer coisa, cometer qualquer tipo de ilicitude, pois eles não seriam punidos pelos seus atos. Isso também remete a memória do governo oligarca e das capitanias hereditárias: pois tanto um quanto o outro têm, em suas formas de governo, o costume do chefe de Estado não sofrer nenhum tipo de punição por seus atos.

³² Ver seção dois desse trabalho, no qual o assunto é discutido.

Nos excertos a seguir, aparecem falas na íntegra da própria Roseana se defendendo sobre o que aconteceu na Lunus e nas empresas que foram envolvidas no escândalo de corrupção.

28. "Estou no governo do Estado há sete anos, governo com transparência, com seriedade, sou filha de presidente da República, nunca levantaram nada contra mim. Acho que estamos vivendo um período pior do que a ditadura militar" (Vejaed. 1745 3 de abril de 2002, grifos nossos).
29. Na quinta-feira, Roseana declarou à imprensa: "Não é crime ter dinheiro em caixa". De fato não é. Só que ninguém faz isso na proporção em que fizeram a governadora e o marido(Vejaed. 1745 3 de abril, 2002, grifos nossos).

O excerto de número vinte e oito é uma fala de Roseana acerca das denúncias da empresa de que era sócia com Jorge Murad, seu marido. Na formulação, a filha de Sarney se defende das acusações. Há, no referido excerto, assim como no de número vinte e seis, uma fala da candidata, com a diferença que no excerto vinte e oito a fala é apresentada em forma de discurso direto, criando assim um efeito de veracidade. Em sua fala, Roseana Sarney se justifica por algo, nesse caso, o escândalo Lunus, e o faz por meio de intercaladas, nas quais afirma que seu governo sempre teve “transparência” e “seriedade”. A palavra “transparência” produz um efeito que traz a tona uma memória de que não há nada a se esconder. É dessa forma que a ex-governadora pretende que sejam vistos os anos em que passou no governo do Maranhão. Ainda no excerto vinte e oito, aparece o termo “ditadura militar”, que foi um período da história do Brasil em que pessoas eram perseguidas por suas ideias e não havia nenhum tipo de liberdade de expressão nem de liberdade política. Indivíduos eram presos e acusados de crimes, injustamente, apenas por não estarem do lado do governo. Dessa forma, ao comparar o que está vivendo com o período militar, Roseana faz emergir certa memória que se liga ao período da ditadura, relacionando-o com a atualidade, ou seja, com uma suposta perseguição política que a referida pré-candidata estaria sofrendo.

Na formulação vinte e nove, aparece outra fala de Roseana, no meio do enunciado. Nesse caso, o enunciador apresenta uma fala de Roseana entre aspas, o que indica que foi descrito exatamente o que ela disse. Conforme Maingueneau (2004), esse tipo de procedimento é muito comum na imprensa. Nesse caso, “o enunciador citante isolou em itálico e entre aspas um fragmento que, ao mesmo tempo, ele utiliza e menciona, emprega e cita” (MAINGUENEAU, 2004 p. 151). A esse tipo de procedimento, Maingueneau dá o nome de “ilhatextual” ou “ilhaenunciativa”. Ainda acerca da ilha textual, o autor afirma que:

Temos, então, uma forma um tanto *híbrida*: mesmo tratando-se globalmente de discurso indireto, este contém algumas palavras atribuídas aos enunciadores citados. O fragmento assim atribuído ao enunciador do discurso citado recebe o nome de *ilha textual* ou *ilha enunciativa* (MAINGUENEAU, 2004 p. 151, grifos do autor).

Há, ainda no excerto vinte e nove, uma espécie de “jogo argumentativo” entre diferentes “enunciadores”: o que defende (que se trata da própria Roseana) e o que acusa: o enunciador Veja. O enunciado “não é crime ter dinheiro em caixa” é a defesa de Roseana para explicar a quantia altíssima encontrada em seu cofre pessoal na Lunus; já o enunciado “de fato não é. Só que ninguém faz isso na proporção em que fizeram a governadora e o marido” mostra como o segundo enunciador contrapõe-se ao que foi feito pela ex-governadora e por seu marido e sócio.

Os próximos excertos foram retirados de reportagens que trazem como principal assunto a vida política de Roseana depois das acusações que recaíram sobre ela e o marido, em relação à empresa da qual os dois eram sócios.

30. O erro fundamental da ex-governadora Roseana Sarney e de seu marido, Jorge Murad, pode ter sido produto de uma miragem (Vejaed. 1747 17 abril, 2002, grifos nossos).

O excerto trinta é mais um que trata do escândalo da empresa Lunus. Há, na formulação, “o erro fundamental”, um pré-construído que implica na concepção de que há um erro, que houve um erro entre os dois, ou cometido pelos dois. Esse erro cria um vínculo ainda maior entre Roseana Sarney e Jorge Murad. A partir da expressão “erro fundamental”, o enunciador Veja mostra que esse erro foi construído em torno de uma miragem. A palavra miragem traz consigo uma memória de uma ilusão de óptica causada por desvio óptico. No caso do escândalo Lunus, a miragem que Roseana e Murad avistaram foi um futuro totalmente estável, mesmo com o escândalo estando para vir à tona, nesse caso, o efeito criado é de que nem mesmo a possibilidade do escândalo chegar ao conhecimento do público (dos eleitores) fez com que o casal repensasse e interrompesse as fraudes. Do mesmo modo, é também uma “miragem” o futuro promissor de Roseana Sarney como presidente do Brasil. Isso porque ainda segundo Veja, tal miragem foi desfeita com a descoberta das possíveis ilegalidades na empresa do casal.

4.3 ESTEREÓTIPOS ACERCA DO MARANHÃO

Neste tópico, analisamos alguns excertos de reportagens que tratam de como o estado do Maranhão é discursivizado em Veja. A forma como estado é apresentado na revista

materializa certo estereótipo (imagem cristalizada – memória) a respeito do mesmo. E foi esse estereótipo que também contribuiu para a derrocada de Roseana Sarney como pré-candidata às eleições presidenciais de 2002. Assim, começamos discutindo, brevemente, o conceito de estereótipo; e em seguida, apresentamos as análises dos excertos da revista *Veja*.

4.3.1 Algumas considerações acerca do conceito de estereótipo

O conceito de estereótipo, na forma como é descrita por Amossy e Pierrot (2005), é uma noção que interessa a diferentes disciplinas, o que levou cada uma delas a construir seu próprio objeto, de acordo com sua necessidade de estudo. A noção de estereótipo teve sua origem, no campo tipográfico e, de acordo as autoras, refere-se a algo que é “impresso com planchas cuyos caracteres no son móviles, y que se conservan para nuevos tirajes.” (AMOSSY; PIERROT, 2005, p. 30).

Os estudos sobre estereótipo tiveram sua ascensão na década de vinte, do século XX, com os estudos do norte-americano Walter Lippman, ele teria sido o primeiro a falar sobre o assunto, teria sido ele também o responsável pelo conceito ser introduzido como objeto de estudo nas ciências sociais. Para o autor, os estereótipos são “as imagens da nossa mente que causam a nossa relação com o real” (AMOSSY; PIERROT, 2005, p. 31). Estereótipo é, portanto, a forma cristalizada como cada um compreende o mundo ao seu redor. Sem essa realidade, não seria possível a interpretação do mundo; estar-se-ia sempre em conflitos entre o que é real e o que não o é. Ainda nesse sentido, Lippman (2008) garante que:

O que freqüentemente se imagina ser o relato de um evento é, na realidade, a sua transfiguração. Poucos fatos na consciência parecem ser meramente dados. A maior parte dos fatos na consciência parece ser em parte feita. Um relato é o produto conjunto de conhecedor e do conhecido, no qual o papel do observador é sempre seletivo e usualmente criativo. Os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados e dos hábitos de nossos olhos (LIPPMAN, 2008, p. 84).

Com base nessa concepção de Lippman, podemos afirmar que o que cria o objeto é ponto de vista de cada sujeito³³, ou seja, as associações são produzidas individualmente na mente dos sujeitos, no entanto com traços comuns a todos.

³³ O linguista Ferdinand de Saussure, em seu "Curso de Linguística Geral" faz uma citação muito parecida a de Lippman. O linguista afirma que "Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto." (SAUSSURE, 2006, P. 15)

O autor ressalta ainda que construímos a imagem do outro antes de conhecê-lo, na maioria das vezes. A esse respeito alega:

Na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos. Na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura (LIPPMAN, 2008, p. 85).

Amossy e Pierrot retomam as considerações de Lippman, pois afirmam que os estereótipos são formas de manter relações entre o que é real e o que é imaginário. São artificios, digamos assim, usados pela mente humana para designar algo ou alguém. Desse modo:

al no tener ni el tiempo ni la posibilidad de conocerse intimamente, cada uno advierte en el otro algún rasgo que caracteriza un tipo conocido y completa el resto por medio de estereotipos que tiene en su mente: el obrero, el propietario, la maestra, el negro (AMOSSY; PIERROT, 2005, p. 32).

Sem o conhecimento íntimo do outro, o que ocorre é um apego a alguns traços que são mais visíveis e conceitos pré-construídos, que já existem no senso comum em relação às pessoas com as mesmas características. As autoras afirmam ainda que essas imagens de nossas mentes são de origem fictícia, não por serem exatamente mentirosas, mas sim porque expressam um imaginário social.

A definição de estereótipo apresentada pelas autoras faz insurgir uma dúvida: será que esse conceito não seria muito instável e, portanto, facilmente modificável? Segundo Amossy e Pierrot, isso não ocorreria, pois “necesitamos relacionar aquello que vemos a modelos preexistentes para poder comprender el mundo, realizar previsiones y regular nuestras conductas.” (AMOSSY; PIERROT, 2005, p. 34). Desse modo, entendemos o estereótipo como algo que esquematiza e categoriza, sendo tais procedimentos indispensáveis para a cognição, ainda que, muitas vezes, essa definição seja exagerada.

No que diz respeito à utilização do conceito de estereótipo no campo da Análise de Discurso, as estudiosas trazem, em conformidade a isso, a noção de pré-construído, introduzida na AD por Pêcheux, a partir dos estudos feitos pelo autor tendo como base Paul Henry. Acerca disso, elas afirmam que:

El preconstruuido procede de una concepción el sujeto que no es sujeto idealista intencional de la pragmática lingüística, sino um sujeto prisionero

de um lenguaje donde lo preafirmado gobierna lo afirmado (AMOSSY; PIERROT, 2005, p. 113).

Dessa forma, a noção de estereótipo relaciona-se duplamente com o pré-construído. Em primeiro plano, relaciona-se por meio da construção sintática que põe em evidência algo que já está pré-afirmado, ademais, o estereótipo é visto como o resquício de juízos pré-estabelecidos, no enunciado individual, cuja origem fora eliminada. De acordo com Silva (2013), a noção de estereótipo relaciona-se, em alguma medida, com a noção de memória discursiva, pois, “supõe a existência de algo que antecede e fundamenta a emergência de enunciados” (SILVA, 2013, p. 1027).

Amossy e Pierrot trazem em seus estudos a forma como o conceito de estereótipo é trabalhado também em análise de textos políticos dentro da Análise de Discurso. As estudiosas fazem uma observação de como o discurso político é trabalhado e segundo elas, a análise do discurso político recorre, muitas vezes, aos estudos lexicais, adotando também procedimentos que são necessariamente linguísticos. Dessa forma, alguns cientistas políticos buscam encontrar um "esquema cultural cristalizado, evaluando su potencial argumentativo en una situación dada" (AMOSSY; PIERROT, 2005, p. 119).

Assim, quando os elementos estereotipados discursivos são repetidos muitas vezes tendem a mudar de função, deixam de ser apenas estereótipos e passam a ser uma espécie de "marca", a qual acaba se tornando de conhecimento do público em geral, devido as várias vezes em que é repetida. Tais estereótipos tornam-se uma espécie de “arquivo” na memória dos sujeitos. Ainda segundo Amossy e Pierrot, isso é o que acontece com as propagandas, dentre elas as políticas.

4.3.2 Análise dos dados: estereótipos acerca do Maranhão em Veja

O maranhão é considerado como um estado pobre e é inclusive comparado, nas reportagens de *Veja* que constituem o *corpus* deste trabalho, com países do continente africano, um dos lugares mais pobres do globo. Essa imagem de estado sem recurso e cujos governantes não têm interesse político em melhorá-lo, em consonância com os escândalos de corrupção que envolveram a ex-governadora e seu marido, fez com que a candidatura de Roseana Sarney à presidenciável nas eleições de 2002 viesse a ruir. Nos excertos a seguir, analisamos como esses estereótipos acerca do estado são materializados em *Veja*.

Os excertos oito e nove tratam do desempenho de Roseana como governadora do Estado do Maranhão.

31. Com indicadores socioeconômicos dramáticos, o Maranhão é um dos Estados mais pobres do país. Em suas duas gestões, de 1995 até hoje a governadora Roseana Sarney conseguiu amenizar a situação (Vejaed. 1726 14 de novembro de 2001, grifos nossos).
32. Seu desempenho menos luminoso foi na administração do Banco do Estado do Maranhão (BEM). Quando Roseana assumiu, o BEM era lucrativo, com 40 milhões em caixa. Em 1999, apresentava um rombo de 211 milhões, coberto com dinheiro do contribuinte despachado pelo governo federal (Vejaed. 1726 14 de novembro de 2001, grifos nossos).

No excerto trinta e um, constatamos o modo como o Estado é descrito. Na formulação “é um dos estados mais pobres do país”, verificamos a comparação negativa que é feita do Maranhão em relação aos outros estados brasileiros. O Estado do Maranhão foi governado pela família Sarney por um tempo total de quase cinquenta anos e, de acordo com números tirados do próprio governo estadual, a falta de recursos básicos para a população só aumenta. Quando caracteriza o referido Estado como um dos mais pobres do país, Veja retoma uma imagem cristalizada acerca do Maranhão e relaciona essa imagem à de Roseana Sarney. Além da imagem negativa em relação ao próprio Estado, há o fato de que o Maranhão está localizado na região Nordeste do País, região que há algum tempo é marcada pelo estereótipo de ser uma região pobre, com uma população mal instruída. Exemplos recentes dessa imagem negativa acerca do Nordeste foram vistos nas últimas eleições para presidente do Brasil. Várias mensagens de cunho preconceituoso foram veiculadas na internet por pessoas das regiões Sul e Sudeste³⁴. No excerto sob análise, a imagem negativa do Maranhão encontra-se materializada logo no início do texto. Nesse caso, o adjetivo “dramáticos”, além, como dito acima, da comparação com os demais Estados do país, faz emergir uma memória acerca do Maranhão. Tal memória fundamenta-se linguisticamente tanto no aposto (com indicadores socioeconômicos dramáticos), que é colocado logo no início do período, o que lhe confere uma posição de destaque, quanto no predicativo (é um dos Estados mais pobres do país), o qual, como mostramos acima, estabelece uma comparação com os demais Estados da federação, Na

³⁴ Vários comentários de cunho ofensivo foram proferidos contra o Nordeste nas eleições para presidente, em 2014. Mensagens que foram "twitadas" por moradores de São Paulo e do Rio de Janeiro, principalmente, viraram notícia no Brasil todo. O fato de a atual presidente estar em primeiro lugar na contagem dos votos nas regiões Norte e Nordeste, fez com que os moradores dessas regiões fossem insultados pelos sulistas. Alguns comentários podem ser vistos no site: <http://atarde.uol.com.br/politica/eleicoes/noticias/1634290-nordestinos-voltam-a-sofrer-preconceito-nas-eleicoes>

continuidade do excerto, diz-se que “a governadora Roseana Sarney conseguiu amenizar a situação”. Aqui, o verbo “amenizar” mostra que situação melhorou, porém ainda não é a ideal.

No excerto trinta e dois, no enunciado “seu desempenho menos luminoso foi no Banco Estadual do Maranhão (BEM)”, verificamos que há uma memória, um pré-construído, que diz respeito à existência de certa “luminosidade” no governo de Roseana Sarney. Há a materialização de um discurso segundo o qual o governo de Roseana foi luminoso no Estado, entretanto, a outro discurso, segundo o qual modo como ela governo o BEM foi menos luminoso. Ainda no excerto trinta e dois, a formulação “quando Roseana assumiu, o BEM era lucrativo, com 40 milhões em caixa. Em 1999, apresentava um rombo de 211 milhões” traz números que produzem um efeito de objetividade em relação ao que está sendo dito/mostrado acerca da atuação da ex-governadora no BEM. Esse efeito de objetividade liga-se a uma estabilidade lógica, conforme mostramos na primeira seção desta dissertação. Trata-se, portanto, de um argumento supostamente inquestionável.

Nos próximos excertos, o estado do Maranhão é comparado aos países do continente Africano, continente esse considerado um dos mais miseráveis do mundo.

33. Se fosse um país, o Maranhão teria IDH, o índice que mede o desenvolvimento humano, semelhante ao do Congo. Separado do Brasil, o Maranhão seria o país mais miserável da América Latina, à frente apenas do Haiti (Veja ed. 1726 14 de novembro, 2001, grifos nossos).

34. Além de ter o menor PIB per capita do país, o Maranhão registrou um dos menores crescimentos nesse quesito entre 1992 e 1999 (Veja, ed. 1728 28 de novembro, 2002, grifos nossos).

No excerto trinta e três, o enunciador Veja descreve uma situação hipotética na qual o Maranhão é comparado com um país e não mais, como vimos anteriormente, com um Estado brasileiro. De acordo com essa situação, se o Maranhão fosse um país independente, teria seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) semelhante ao da República do Congo. O Congo, apesar de ter como principais produtos de exploração o petróleo e as pedras preciosas, tem uma das piores economias no mundo; o índice de pessoas que vivem em situação de miséria no referido país é altíssimo e cresce cada vez mais. Portanto, no excerto sob análise, quando se afirma que se o maranhão fosse um país independente do Brasil, teria uma situação de pobreza muito semelhante a do referido país, há a retomada de uma imagem cristalizada acerca tanto do Estado do Maranhão quanto do Congo. Tal imagem liga-se a uma memória acerca dos países africanos, apresentados em filmes, documentários, jornais, e em tantos outros veículos da mídia, como um continente miserável, em que não há, em muitos casos, condições mínimas de

sobrevivência. Ainda no excerto trinta e três, o enunciador *Veja* faz outra comparação, no entanto não mais com um país africano, mas sim com um país da América Latina: o Haiti. O Haiti é considerado um dos países mais pobres de toda a América Latina e o mais pobre do Hemisfério Ocidental. Segundo dados da ONU (Organização das Nações Unidas), 80% da população desse país vive abaixo da linha da pobreza e 54% em extrema pobreza. Dessa forma, ao comparar o Maranhão com esses dois países, com índices econômicos e indicadores sociais extremamente baixos, cria-se uma imagem acerca do referido Estado. De acordo com essa imagem, o Maranhão é um estado que fornece a sua população condições mínimas de sobrevivência. Retoma-se, portanto, a imagem de um Estado miserável, composto por uma população que, em sua maioria, vive abaixo da linha da pobreza.

No excerto trinta e quatro, mais uma vez, os números negativos em relação ao Maranhão aparecem em evidência. O PIB (Produto Interno Bruto) do Maranhão aparece descrito como o pior, em relação à renda *per capita*³⁵ do Brasil. Mais uma vez, a pobreza do Maranhão é explorada na tentativa de fazer com que a imagem de Roseana fique sem credibilidade diante do restante do Brasil. Isso pode ser visto na formulação do mesmo excerto “registrou um dos menores crescimentos nesse quesito entre 1992 e 1999”. Nessa formulação, o enunciador *Veja* faz referência justamente a um dos períodos em que Roseana governou o Maranhão. Trazer esse dado e não outro em seu lugar funciona como uma espécie de justificativa, dada por *Veja*, para a não candidatura de Roseana à presidência do Brasil. A premissa que sustenta essa direção argumentativa é a de que haveria o risco de Roseana transformar o Brasil em um Maranhão.

Nos excertos trinta e cinco e trinta e seis, a pobreza do Maranhão é, mais uma vez, trazida à baila.

35. Para começar, o Maranhão é um Estado paupérrimo e os adversários da candidata têm à mão toneladas de estatísticas negativas para usar contra ela (*Veja*ed. 1740 27 de fevereiro, 2002, grifos nossos).

36. Mas, afinal, o que há de errado com o Maranhão? É um dos estados mais pobres de toda a federação (*Veja*ed. 1740 27 de fevereiro, 2002, grifos nossos).

No excerto trinta e cinco, na formulação “o Maranhão é um Estado paupérrimo”, aparece mais uma vez o Maranhão sendo descrito com um estado pobre e sem recurso. No

³⁵ Renda per capita é o nome dado a um indicador que auxilia no conhecimento sobre o grau de desenvolvimento de um país e consiste, principalmente, na divisão do coeficiente da renda nacional, mais conhecido como produto interno bruto, pela sua população. Informações tiradas do site: <http://www.infoescola.com/economia/renda-per-capita/>

entanto, nessa formulação, diferentemente das outras, o referido estado é descrito não apenas como pobre, mas como paupérrimo. O superlativo da palavra “pobre” produz um efeito de intensidade. Quando diz que o estado é paupérrimo, ao invés de dizer que ele é apenas pobre, Veja enfatiza não só a pobreza do estado, mas também a possível incompetência da governadora. Afinal, o que é esperado de um político é que ele consiga, quando no poder, controlar a situação econômica do lugar que governa. Ainda no excerto trinta e cinco, na formulação, “adversários da candidata têm à mão toneladas de estatísticas negativas para usar contra ela”, há, mais uma vez, um efeito de intensidade que enfatiza a quantidade de provas que os adversários de Roseana têm para desmoralizá-la perante o eleitorado. Quando aparece a palavra “toneladas”, para precisar a quantidade de estatísticas negativa sobre o Maranhão, há o uso da hipérbole. Nesse caso, o enunciador Veja mostra para o leitor que as acusações contra Roseana e Murad são pesadas e que o número de provas contra o casal não é pequeno.

No excerto trinta e seis, há uma repetição do termo pobre. Há, na formulação “é um dos estados mais pobres de toda a federação”, uma repetição da palavra pobre que aparece na maioria das formulações que tratam da situação financeira do Maranhão. A memória que emerge com a palavra “pobre” traz consigo uma carga semântica negativa, pois sempre que se quer desmerecer algo ou alguém se diz que essa pessoa, coisa, lugar são pobres; tem espírito pobre, etc.

Nesta seção, verificamos duas questões que, segundo nossa hipótese, foram discursivizadas em Veja como sendo muito importantes para a queda da pré-candidatura de Roseana Sarney à presidência da República, em 2002: i) o escândalo de corrupção na Lunus, empresa que pertencia a Roseana e a Jorge Murad; ii) a retomada de certo estereótipo acerca do Estado do Maranhão e a relação desse estereótipo com o governo da ex-governadora do referido Estado. As análises mostraram que todas as provas encontradas mostram Roseana Sarney e Jorge Murad como sendo peças chaves no escândalo da Lunus. A candidatura de Roseana à presidência da república, de acordo com as análises, não foi possível por conta das acusações, mas esse não foi o único fator para sua "derrocada" como pré-candidata. Os estereótipos construídos acerca do Maranhão, o qual é discursivizado como sendo um estado pobre, sem o mínimo de condição de sobrevivência para grande parte da população, bem como as comparações feitas entre o estado e países muito pobres foram também de suma importância para que Roseana Sarney não chegasse a ser candidata à presidente do Brasil nas eleições de 2002.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho mostrou como as esferas da mídia e da política estão interligadas. A posição da mulher como sujeito político, mais especificamente, o sujeito político Roseana Sarney, também foi um dos pontos que buscamos apresentar nas três seções de análises realizadas. Para responder a nossa pergunta inicial, que era "quais discursos acerca do sujeito político de Roseana Sarney encontram-se materializados em *Veja*?", selecionamos um *corpus* com reportagens do periódico *Veja* para, a partir daí, levantarmos as hipóteses que foram defendidas por nós em cada seção deste trabalho.

O *corpus* selecionado é composto por reportagens que tratam do processo de pré-candidatura de Roseana Sarney para as eleições presidenciais de 2002. Começamos com reportagens do ano de 2001, que tratam da sua pré-candidatura, até reportagens do ano de 2002, quando ela e seu marido foram acusados de corrupção na empresa que tinham em sociedade, culminando assim na sua "derrocada" e no fim de sua pré-candidatura. Além do *corpus* analisado utilizamos os conceitos da Escola Francesa de Análise de Discurso (AD) e seu arcabouço teórico.

Em cada seção foi discutido uma das hipóteses levantadas no começo do trabalho, bem como, em cada seção organizamos os excertos a serem analisados em blocos, nos quais eram colocados os excertos com mais relações de sentido entre si.

Na primeira seção, por meio das análises, verificamos que há uma espetacularização midiática acerca da política e do modo como se faz política atualmente no Brasil. Desse modo, mostramos, a partir das formulações analisadas, a forma como a mídia, mais especificamente a revista *Veja*, espetacularizou a ascensão e a queda da pré-candidatura à presidência do Brasil de Roseana Sarney. Nos excertos analisados, vimos que a referida espetacularização se deu por meio de diferentes estratégias. No que diz respeito à ascensão da referida pré-candidatura, verificamos que *Veja* materializa, em suas reportagens, uma imagem de Roseana Sarney que a aproxima de um produto de consumo, comparando, por exemplo, a sua campanha como pré-candidata à presidência do país às propagandas de cerveja. Já, no que se refere à queda da pré-candidatura de Roseana Sarney, constatamos que tanto a forma como o Maranhão é discursivizado em alguns enunciados, nos quais o referido estado aparece como um lugar cujas leis se resumem àquilo que é determinado pela família Sarney, quanto o escândalo de corrupção envolvendo a empresa Lunus são usados, em *Veja*, como justificativa para a referida queda.

Na seção dois, também com base nas análises, pudemos verificar a presença de categorizações paradoxais, as quais nomeiam e explicam a forma de governo exercida pela

família Sarney. A família Sarney aparece nas formulações como um grupo político que ainda age na política brasileira pelos moldes antigos de se governar. O conceito de oligarquia foi visto muitas vezes nomeando esse modo de governar. Essas construções paradoxais materializam um discurso segundo o qual a forma de governo dos Sarney é, em si, paradoxal, contraditória. Assim, o enunciador Veja, por meio de uma relação entre memória e acontecimento, reconfigura certa imagem da família Sarney, a qual é apresentada como sendo um grupo político que reafirma o discurso do atraso, o qual se materializa na imagem do Estado do Maranhão, enquanto “um dos estados mais atrasados e pobres do Brasil”. Contudo, tal imagem contradiz a imagem de Roseana Sarney, que, como mostramos na primeira seção, é apresentada como um produto de consumo, construído aos moldes da modernidade.

Por fim, na terceira e última seção, verificamos duas questões que foram discursivizadas em Veja como sendo muito importantes para queda da pré-candidatura de Roseana Sarney à presidência da República, em 2002: i) a acusação que incidiu sobre ela e seu marido, Jorge Murad, sobre o suposto caso de corrupção na Lunus; e ii) a retomada de certo estereótipo acerca do Maranhão, imagem essa que foi relacionada ao governo de Roseana Sarney no referido Estado, contribuindo também para “derrocada” de sua pré-candidatura à presidência do Brasil.

As análises mostraram que todas as provas encontradas mostram Roseana Sarney e Jorge Murad como sendo peças chaves no escândalo da Lunus. Portanto, a candidatura de Roseana à presidência da República não foi possível por conta das acusações, mas esse não foi o único fator para sua "derrocada" como pré-candidata. Os estereótipos construídos acerca do Maranhão, o qual é discursivizado como sendo um estado pobre, sem o mínimo de condição de sobrevivência para grande parte da população, bem como as comparações feitas entre o estado e países muito pobres foram também de suma importância para que Roseana Sarney não chegasse a ser candidata à presidente do Brasil nas eleições de 2002.

Desse modo, verificamos que a discursivização sobre Roseana Sarney está intrinsecamente ligada à relação que ela mantém com o Maranhão, estado que governou por quatro mandatos, sendo o último interrompido em 2012, dois anos antes, por renúncia da governadora. O sujeito político Roseana é discursivizado como uma mulher que, ao mesmo tempo em que aparece como produto de consumo, como vimos em algumas formulações aqui analisadas, aparece também como um sujeito político forte, como mostram as análises feitas por Prado (2010).

Por fim, salientamos que as três hipóteses iniciais foram comprovadas no decorrer da dissertação. Salientamos, ainda, que o presente trabalho não responde a todas as perguntas que

envolvem a atuação de Roseana Sarney na política e, muito menos, a atuação da mulher na política. O que fizemos foi apenas um recorte de um período, no qual pudemos verificar que, como sujeito político, Roseana Sarney teve seu momento de exaltação pela mídia nacional, mas também seu momento de queda, o qual esteve relacionado a um escândalo de corrupção política. Dessa forma, ratificamos que, como mostram outros trabalhos do GPADis, grupo de pesquisa ao qual este trabalho encontra-se filiado, a mídia não “cria” discursos, ela apenas os espetaculariza e faz isso com base numa relação entre desestabilização-reestabilização da memória, a qual, segundo Pêcheux (2006; 2007) se atualiza na relação com o acontecimento.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R.; PIERROT, A. H. **Estereotipos y clichés**. Traducción y adaptación: Lelia Gándara. 1ª ed. 4ª. reimp. Buenos Aires: Eudeba, 2005.
- AMORIM, M. A. **Posição-sujeito utópico e efeitos-sentido**. Orientadora Maria da Conceição Fonseca-Silva; 93f. Dissertação (mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2015.v3i1.67>.
- AMORIM, M. A.; FONSECA-SILVA, M. C. Posição-sujeito utópico imbricada com efeitos-sentido de utopia (Subject position utopian imbricated with effects sense of utopia). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 159-180, 2015. ISSN: 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v13i2.1306>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1306>.
- BARBOSA, L. C. **Mídia e discursividade; Dilma, Lula, radicais do PT e corrupção**. Orientador: Adilson Ventura da Silva. Coorientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2014. 83f. Dissertação (mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2014.v2i1.43>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da UnB, 1980.
- COURTINE, J-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (et. al.). São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- COURTINE, J-J. Os deslizamentos do espetáculo político. In Gregolin, M. R. **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**
- DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 161-218.
- FONSECA-SILVA, M. C. **Poder-Saber-Ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007a.
- FONSECA-SILVA, M. C. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: FONSECA-SILVA, M. C.; POSSENTI, S. (Org.). **Mídia e Rede de Memória**. 1ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007b, v. 1, p. 11-37.
- FONSECA-SILVA, M. C. Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político. **Estudos Linguísticos** (São Paulo), v. 38, p. 193-203, 2009. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_15.pdf. Acesso em: 12 set. 2014.
- FONSECA-SILVA, M. C. Memória, mulher e política: do governo das capitanias à presidência da república, rompendo barreiras. In: **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. TASSO, I; NAVARRO, P. (org). Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hzj5q/pdf/tasso-9788576285830-09.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2014.

- FONSECA-SILVA, M. C. Língua, memória discursiva e efeitos de sentido. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002 [Primeira edição: 1969]
- GARCIA, Emerson. **Repressão à corrupção no Brasil: entre realidade e utopia = Repression of Corruption in Brazil. Between reality na utopia/ Emerson Garcia** – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- LIPPMANN, W. 1889-1974. **Opinião pública**. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- MACHADO, M. N. **Memória, relações de poder e corrupção política no Brasil: o escândalo do mensalão como acontecimento discursivo**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 118f. Dissertação. (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2013. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissert-Marcelo-Nogueira-Machado.pdf>. Acesso em: 23 set 2014.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise de Discurso**. 3ª. Ed. Campinas/SP: Pontes: Editora da UNICAMP, 1997.
- MAINGUENEAU, D. **Frases sem texto**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- OLIVEIRA, J. C. M. M. **Memória, corrupção, espetacularização e efeitos de memória**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2013. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissert-José-Carlos-Melo-Miranda-de-Oliveira.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e parâmetros**. 7ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlando – 5ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [Primeira Edição: 1983]
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: Achard, P. et al. (Org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes – 2ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2007 [Primeira edição: 1983]
- PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra e Michel Pêcheux**. Françoise Gadet, Tony Hak (Orgs); tradutores Bethania S. Mariani... [et al.] – 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. [Primeira Edição: 1969]
- POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística 3: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- PRADO, C. O. **Memória e mulher que atua nas esferas do poder político: tensão entre lugares de subjetivação na mídia**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 79f. Dissertação. (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: 2010. Disponível em: http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Prado_CO.pdf. Acesso em: 20 jun. 2013.

RUBIM, A. A. C. *Espetáculo, Política e Mídia*. Salvador, 2002. 21 p. Disponível na Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação: [HTTP://bocc.ubi.pt/rubim-antonio-espetaculo-politica_pdf](http://bocc.ubi.pt/rubim-antonio-espetaculo-politica_pdf). Acesso em: 20 de nov. 2014.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 32^a. ed. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2010 [Primeira Edição: 1916].

SILVA, E. G. Estereótipos e pré-construídos no site do Partido Socialdemocrata Cristão. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 3, 2013, p. 1025-1034.

VIGGIATO, K. D. **Memória, corrupção e o acontecimento discursivo PC Farias espetacularizado na mídia**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2012. 82 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2012. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2021/04/Dissertação-de-Katharinne-Dantas-Viggiato.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

SITES

http://www.pcdob.org.br/texto.php?id_texto_fixo=4&id_secao=145

<http://www.pt.org.br/institucional/#>

<http://www.dem.org.br/o-democratas/>

<http://pv.org.br/opartido/programa/>

<http://www.pdt.org.br/index.php/nossas-bandeiras/trabalhismo>

<http://portal.pps.org.br/helper/show/164906#>

<http://www.pp.org.br/textos/453/27435/ProgramaPartidario/?slT=119032>

http://www.partidodarepublica.org.br/partido/historia_do_pr.html

<http://veja.abril.com.br/>